

Apresentação

Tendo feito cerca de 80 palestras por ano pelo Brasil afora nos anos de 2010 e 2011, as pessoas nos solicitavam, de forma recorrente, a publicação dos dados da palestra num livro para que elas pudessem consolidar e aprofundar o conhecimento desta riqueza do pré-sal.

Esta descoberta é a maior oportunidade que o Brasil já teve de deixar de ser o eterno país do futuro.

Como disse a presidenta Dilma,
"o pré-sal é o nosso passaporte para o futuro".
Para isso resolvemos elaborar uma publicação
com grande poder de comunicação.

Assim, procuramos um núcleo de especialistas em comunicação e que aprecia nossas posições nacionalistas, o Núcleo Piratininga de Comunicação, para elaborarmos um caderno que transmita essas informações de forma mais compreensível para todos os brasileiros.

Era urgente levar as pessoas a perceberem a magnitude e a importância dessa nova riqueza para o desenvolvimento sustentado do nosso País. Se conseguirmos esse intento, temos certeza de que o pré-sal será realmente do seu verdadeiro dono: o povo brasileiro...

Fernando Siqueira

Índice

1	Do Monopólio da União ao Pré-Sal	5
2	Por que o petróleo é tão estratégico e cobiçado	9
3	BIOMASSA: alternativa para o petróleo, ameaça para a Amazônia	13
4	Problemas com o petróleo	17
5	Os choques do petróleo	25
6	Estratégias de dominação norte-americanas	31
7	A crise econômica global	37
8	E... veio o Pré-Sal	41
8.1	A formação do Pré-Sal	43
9	Problemas no Pré-Sal	45
10	O marco regulatório brasileiro	49
11	Missão da Petrobrás	59
12	A pressão estrangeira	63
13	Nossas propostas	67

1

Do Monopólio da União ao Pré-Sal

1

Do Monopólio da União ao Pré-Sal

Na década de 50, quando o petróleo ainda era apenas um sonho, tivemos o maior movimento cívico da história do nosso País pela posse desse bem de alto teor estratégico.

Na época já havia grandes conflitos no Oriente

Médio pela retomada da propriedade das jazidas de petróleo pelos Estados Nacionais, pois até então elas eram exploradas pelas grandes corporações petrolíferas internacionais, através de concessão com baixíssimos retornos aos países onde elas se encontravam.

Em 1953, o Congresso Nacional aprovou o monopólio do petróleo para a União e criou a Petrobrás, empresa estatal de economia mista, para exercê-lo. Foi só o começo!

No entanto, em 1997, foi aprovada uma lei altamente lesiva aos interesses nacionais e evidentemente inconstitucional, que transfere a propriedade do petróleo para quem o extrair, ou seja, para interesses particulares.

No século XXI, com a descoberta das jazidas do pré-sal, o Brasil passou a ser um GRANDE detentor de reservas de petróleo. Assim, esse sonho se tornou uma realidade acima de todas as expectativas. Por

isso, agora, todos os brasileiros têm muito mais razão para lutar por ele. Para retomar o petróleo como propriedade do povo brasileiro, como está estabelecido na Constituição Federal de 1988, no artigo 177.

A jazida de petróleo no pré-sal é mais do que 7 vezes a reserva que nós tínhamos.



RESERVA BRASILEIRA DE PETRÓLEO

→ antes do pré-sal: 14 bilhões de barris.

→ com o pré-sal: perspectiva 100 bilhões + 14 bilhões = 114 bilhões.



Com uma reserva de 114 bilhões de barris, passamos a ser a 4ª reserva mundial de petróleo, logo atrás do Iraque, Irã e Arábia Saudita.

EUA, o principal cobiçador dessa riqueza

Vamos ter presente:



EUA:

- Reservas de 21 bilhões de barris
- Consumo anual: 8 bilhões de barris internamente e 2 bi nas suas instalações militares pelo mundo.

Isso mostra a terrível dependência dos Estados Unidos em relação a essa fonte de energia que sustenta sua produção industrial e seu estilo de vida.

Por isso que invadiram o Iraque e HOJE se preparam para atacar o Irã. Através de uma enorme

propaganda tentam transformá-lo no demônio do mundo. O objetivo é trazer para si o controle das reservas desses países. Também se interessam pelo controle do Afeganistão, pela possibilidade de um duto de passagem de petróleo oriundo do mar Cáspio.

Essa razão é muito diferente da propaganda que fala de causas humanitárias com que justificam suas ações no Oriente Médio.

Com a descoberta do pré-sal na América Latina, no quintal dos Estados Unidos (como sempre os EUA a consideraram e especificamente na era Bush), a primeira coisa que fizeram foi reativar sua Quarta

Frota Naval, parada desde a década de 50.

A justificativa era “proteger” o Atlântico Sul, onde estão localizados o Brasil e Argentina. Mas a Argentina já havia desnacionalizado seu petróleo.

**Assim, parece claro que o principal
alvo era “proteger” o Brasil,
de olho no pré-sal**



2

**Por que o petróleo
é tão estratégico
e cobiçado**

2

Por que o petróleo é tão estratégico e cobiçado

O petróleo tem duas grandes funções estratégicas que permitiram o extraordinário desenvolvimento da humanidade no século XX. Lembremos

que a população mundial cresceu de 1,2 bilhão, em 1900, para 6,5 bilhões em 2000, e que a produção de bens industriais cresceu ao infinito.

Nesse quadro, o petróleo é

- 1) Fonte mais eficiente de energia
- 2) Base da produção da indústria petroquímica

1) Fonte de energia

→ **Extração em terra:** sua relação energética, no Oriente Médio, é de 100/1. Ou seja:

Para 1 unidade de energia gasta na extração, obtém-se o retorno de 100 unidades.

→ **Extração em águas ultraprofundas:** esta relação cai para 23 para 1 (23/1).

Ainda assim, muito acima do 2º colocado, o carvão, que tem uma relação de 9/1.

O transporte e armazenagem também são relativamente fáceis. Ou seja:

O petróleo é a base energética de sustentação da sociedade atual. Tem, portanto, um imenso valor geopolítico.

2) A função petroquímica

O petróleo é matéria prima para mais de 3 mil produtos.

Participa de cerca de 90% dos produtos que consumimos ou utilizamos no dia a dia.

Em grande parte substituindo produtos naturais de menor disponibilidade e maior custo.

A gama de produtos que vem da petroquímica alimentada pelo petróleo é fantástica:

materiais de construção, componentes eletrônicos, lentes, couro sintético,

detergentes, remédios, cosméticos, fertilizantes agrícolas,

baterias, telefones celulares, vários tipos de plásticos.

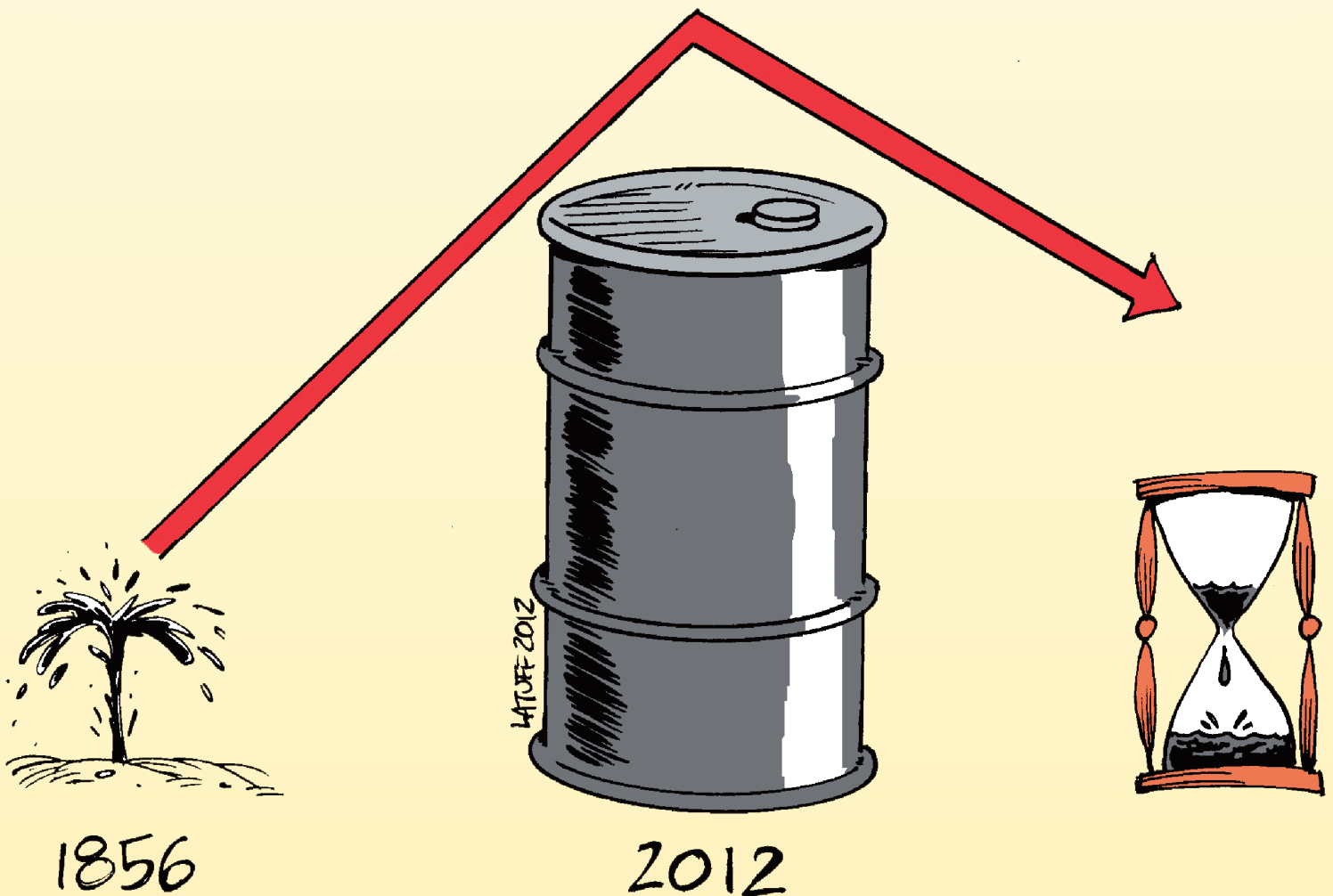
HOJE, o tipo de vida da nossa sociedade é insustentável sem estes produtos.

A energia do petróleo permitiu à humanidade a perspectiva de desenvolver, com enormes acréscimos de produção, muitas atividades, como pesca, navegação, transporte, além do desenvolvimento tecnológico e da produtividade de todos os processos.

Com isso, se economizou energia do ser humano. No século passado, pudemos gastá-la de forma mais nobre: melhorando a qualidade de vida de um terço da população mundial, além de aumentá-la em mais de cinco vezes.

Dessa forma, os países, principalmente os desenvolvidos, geraram uma dependência irresponsável do petróleo. Pois eles não levaram em conta que o petróleo é um bem finito. Não é eterno e nem infinito.

E hoje, a humanidade está em um momento muito delicado com a chegada ao pico de produção de petróleo.



3

**BIOMASSA:
alternativa para o
petróleo e ameaça
para a Amazônia**

3

Biomassa: alternativa para o petróleo e ameaça para a Amazônia

Quando se fala que o petróleo pode ser substituído pelo etanol, a história não está bem contada. O etanol substitui somente uma das funções menos

nobres do petróleo: a queima em motores a explosão. Há toda a função petroquímica que falta ser equacionada.

Então,

É possível substituir o petróleo integralmente ?

Sim!

Mas... serão necessários mais de 25 anos de pesquisas intensas e investimentos maciços para substituir todas as suas funções.

O principal componente capaz de substituir o petróleo seria a **biomassa**

POR EXEMPLO:

na produção do biodiesel, há uma reação com o metanol, em que se obtém a glicerina como subproduto. **Uma indústria gliceroquímica poderia substituir uma série de componentes que o petróleo fornece.**

Mas... atenção!

**O perigo é que o local
mais viável do mundo para gerar
essa biomassa é a Amazônia**

Ela tem a maior disponibilidade do **trinômio**

terra, água e energia solar.

Através das plantas, o sol realiza a fotossíntese produzindo o hidrato de Carbono, que aproveitamos como energia. Assim, com os líquidos combustíveis como álcool e biodiesel e produtos da gliceroquímica, seria possível substituir integralmente o petróleo com esses produtos.



A **Amazônia também detém 68% da água doce brasileira, o que representa 12% da água doce do mundo, que, hoje, está caminhando para a escassez.**

AMAZÔNIA: TERRA COBIÇADA

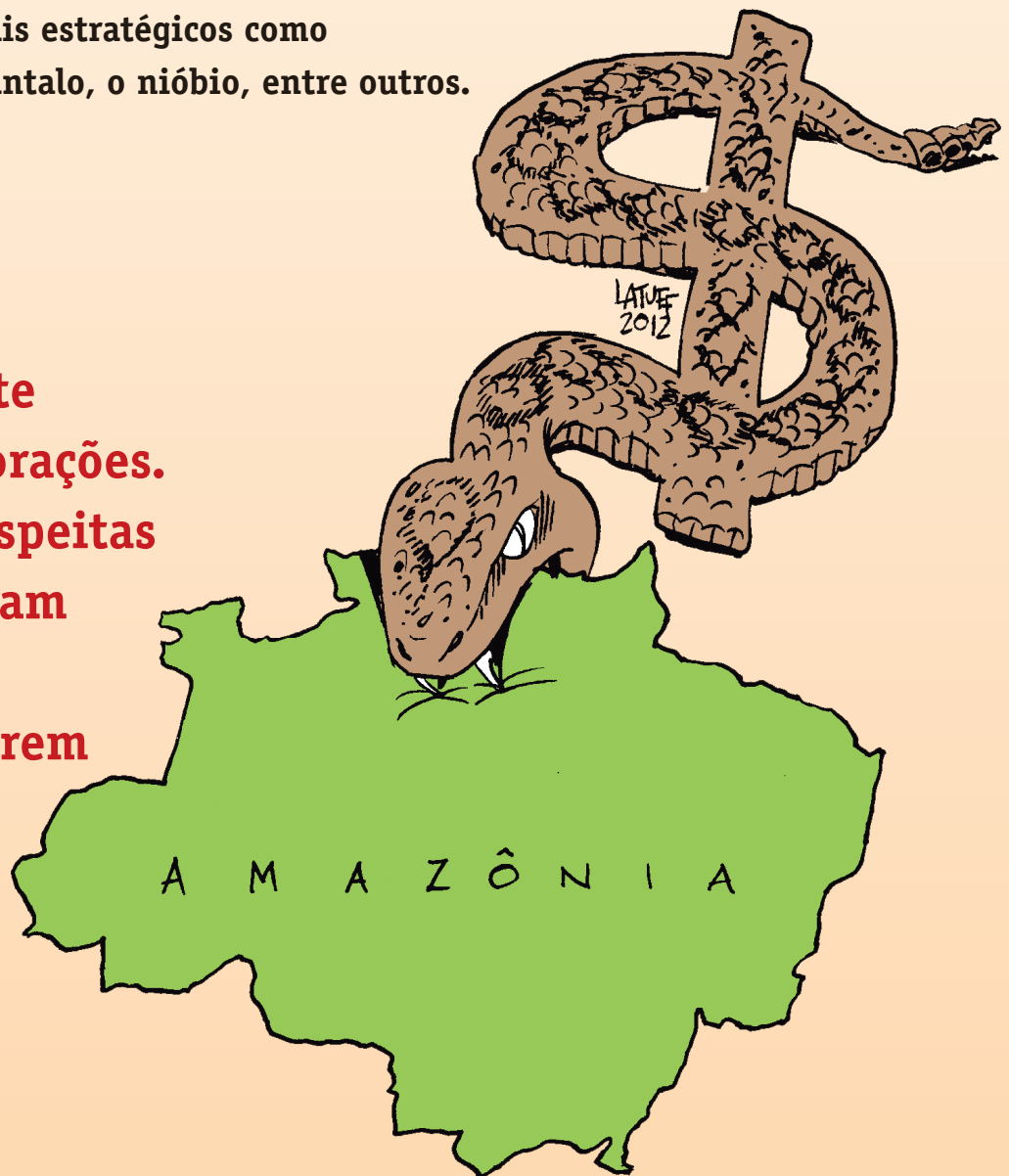
Não é coincidência que tenha uma gama de estrangeiros na Amazônia, pressionando o governo por medidas provisórias que permitam venda das terras e outras aquisições. Ou seja, há uma cobiça enorme dos Estados Uni-

dos, e da Europa, particularmente da Inglaterra, que não tem energia, pela Amazônia. Todos com a perspectiva de uma energia eterna, porque o sol é renovável e terras podem permanecer viáveis se cuidadas como bem renovável.

Além desse fortíssimo futuro, a Amazônia tem ainda a **biodiversidade**, que é matéria-prima para a indústria farmacêutica do futuro.

Sem contar os minerais estratégicos como o titânio, urânio, o tântalo, o nióbio, entre outros.

Por isso, a Amazônia também é objeto de cobiça crescente das grandes corporações. Existem fortes suspeitas de que elas estariam criando reservas indígenas para serem transformadas em nações "independentes"



4

Problemas com o petróleo

4

Problemas com o petróleo

Relembrando os fatos...

Quase todas as guerras que aconteceram após a Segunda Guerra Mundial tiveram origem no controle do petróleo.

1973: O 1º choque do petróleo

Os choques do petróleo deflagrados pelo fortalecimento da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), em 1973 e 1979, acarretaram grandes elevações no seu preço. Os problemas na área petroli-

fera se agravaram, principalmente devido ao grande aumento de consumo - decorrente do aumento populacional e de qualidade de vida - em contradição com sua limitação física (por ser uma fonte não renovável).

1979: O 2º choque do petróleo

Com a revolução iraniana e a chegada ao poder do aiatolá Khomeini, o preço do barril de petróleo, em dólar corrigido, chegou a US\$ 100. Os anos 80

foram os anos em que os problemas vieram à luz do dia. Dois foram os principais.

Problema 1

A partir dos anos 80, houve um grande impacto:

**o consumo anual superou
as descobertas de petróleo**

“Caiu a ficha” dos países! Eles perceberam que o petróleo iria acabar e iria gerar crises internacionais fortíssimas. Por isso, o petróleo está mais disputado ainda.

**Hoje, para cada barril descoberto, quatro são consumidos:
uma situação insustentável.**

Problema 2

A realidade atual do petróleo

Os quatro primeiros grandes produtores estão no Oriente Médio, que é uma área extremamente conturbada.

A **Arábia Saudita** tem uma reserva de 264 bilhões de barris.

O **Irã**, 138 bilhões. O **Iraque**, 115 bilhões. O **Kwait**, 101 bilhões.

Reservas mundiais provadas de petróleo (em 10⁹ barris)

Arábia Saudita	264,2
Irã	138,5
Iraque	115
Kuwait	101,5
Emirados Árabes Unidos	97,8
Venezuela	87
Rússia	79,4
México	12,6
Líbia	41,5
Nigéria	36,2
EUA	21,4
Qatar	15,2
Brasil (Pré-sal: estimativa 100 + ...)	14,2
Argélia	11,3
Noruega	10,3

Fonte: OPEP/ANP/UFRJ- BP(2007).

OBS: A reserva de petróleo da Venezuela é bem maior, mas ainda não existem dados oficiais. A reserva do Canadá também seria bem maior, mas o país não entrou na tabela porque as informações ainda são controversas.

Com a descoberta de uma reserva de 100 bilhões de barris, o Brasil passou para o quarto lugar desta lista.

**É um novo Iraque
na América Latina**

Então... vem a pressão dos EUA

O **Presidente Bush**, com sua atabalhoada forma de agir, reativou a 4ª Frota Naval para **pressionar o Brasil a manter o marco regulatório da Lei 9478/97 (Governo FHC) que estabelece que o petróleo passa a pertencer a quem o extrair.**

Hoje, o **Presidente Obama** é mais sutil. Ele disse que o Lula "é o cara", o estadista mais popular do mundo. A Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos deu o título de "Homem do Ano" ao então presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli.

A Câmara de Comércio Brasil-Inglaterra deu o título de "Homem do Ano" ao ministro **Édison Lobão** (O Lobão não tem nenhuma característica para ser o "Homem do Ano", a não ser o cargo de ministro de Minas e Energia, **a quem está subordinado o petróleo do pré-sal**). Mas **Lobão saiu de lá entusiasmado, falando em leilões, e é o que esse pessoal quer.** Ou seja, estão "massageando" o ego, uma forma mais sutil de pressionar, e **criar situações favoráveis aos seus interesses em detrimento dos interesses dos brasileiros.**

A pressão do cartel das BIG OIL e seus lobistas

A segunda grande pressão vem do cartel internacional das Sete Irmãs do petróleo, que hoje é conhecido como o cartel das *BIG OIL*.

Este já teve controle de 90% das reservas mundiais e hoje controla somente em torno de 5% dessas reservas. E, se mantida essa condição, estão fadadas a desaparecer.

Essas empresas dominaram o setor com mão de ferro durante 150 anos, e não vão vender barato a sua derrota e extinção.

Elas dominaram o setor com todo tipo de atitude, como subornar, destituir ou **assassinar presidentes e personalidades dos países que nacionalizaram o petróleo.** Foi assim com:

- ☑ **Jaime Roldós**, do Equador (assassinado)
- ☑ **Enrico Mattei**, da Itália (assassinado)
- ☑ **Mohamad Mossadeg**, do Irã (deposto)
- ☑ **vários poetas da Nigéria** foram assassinados porque eles gritavam ao mundo que a Shell estava destruindo as terras agricultáveis do país.

Agora, 20 anos depois,

- A **Shell** está sendo processada por sua agressão à Nigéria.
- A **Exxon** está sendo processada por causa do derrame no Alasca.
- A **British Petroleum**, em Macondo, no Golfo do México, também.
- A **CHEVRON, NO BRASIL**, está sob pressão dos órgãos oficiais.

Por não possuírem reservas, essas empresas decidiram se fundir para sobreviver.

A **Exxon** e a **Mobil** se fundiram e criaram a **Exxon-Mobil**, a maior empresa de petróleo do mundo, que não tem reservas, mas tem um faturamento brutal, o maior

do mundo. **Chevron**, **Texaco** e **Gulf** também se fundiram. **British Petroleum** – BP, da Inglaterra, se fundiu com a **Amoco**, dos Estados Unidos.

No entanto, só a fusão não é suficiente. É preciso ter reservas.

Então, elas querem o pré-sal, e lembremos que duas delas, **ExxonMobil** e **Chevron-Texaco-Gulf**, são empresas norte-americanas e outras duas, BP e SHELL,

são anglo-saxônicas. A **Total**, francesa, se fundiu com a **Fina**, belga, formando a **Totalfina**, que por sua vez se fundiu com outra francesa, **Elf**.

Elas se fundem para sobreviver.
Todas são do grupo Rothschild-Rockfeller.

Elas estão atuando fortemente nos três Poderes brasileiros. Elas pressionam os três Poderes.

No ano de 2010,

elas conseguiram realizar seis audiências públicas no Senado. Cada audiência pública com cinco mesas de exposição e debate, cada mesa com dois lobistas de peso.

Apesar da insistência e disponibilidade para participar, a **AEPET** só conseguiu acesso à mesa de uma delas, ainda assim por 10 minutos por intermediação especial do senador Renato Casagrande.

No dia 3 de junho de 2011,

foi feita a primeira Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Coincidentemente, os lobistas, defensores da legislação FHC, são os mesmos. Um deles é o presidente do IBP, João Carlos de Luca, que também presidiu a Repsol, uma empresa espanhola comprada do Santander, que por sua vez foi comprado

pelo Royal Bank of Scotland, pertencente à família Rothschild, dona da Shell e da British Petroleum. A Repsol é uma empresa anglo-saxônica, do grupo Rothschild. Comprou a YPF da Argentina e a ENI da Itália. Ela está na Argentina, na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no México.

Enfim, essas empresas fizeram todo o possível para que não se mudasse o marco regulatório brasileiro, que dá para elas enormes vantagens.

As novas irmãs de HOJE

Em contrapartida às Big Oil, a tendência mundial é a estatização do petróleo. Assim, as empresas estatais são as “Novas Irmãs do petróleo”.

São oito empresas estatais que detêm 65% das reservas mundiais.

São estas as donas dos 65%:

- ✓ ARAMCO, da Arábia Saudita,
- ✓ GAZPROM, da Rússia,
- ✓ NIOC, do Irã,
- ✓ PETRONAS, da Malásia,
- ✓ PDVSA, da Venezuela,
- ✓ PEMEX, do México,
- ✓ PETROCHINA, da China
- ✓ PETROBRÁS, do Brasil.

Além dessas...

- ✓ NNPC, da Nigéria,
- ✓ INOC, do Iraque.

Ao todo, estão nas mãos de empresas estatais mais de 80% das reservas mundiais, com tendência a aumentar.

As empresas e os governos se deram conta do alto valor estratégico que o petróleo representa. As chances das irmãs privadas conseguirem novas reservas são muito complicadas.

A grande exceção é o Brasil, com o pré-sal. Daí a pressão e o assédio político, institucional e midiático para o capital internacional pôr a mão nesta riqueza brasileira.

O pré-sal é a alternativa mais à mão do cartel privado para assumir o controle de reservas em defesa de seus interesses.

Cabe a nós brasileiros reagir e nos unir em defesa de nossos interesses

Isso não é tão simples, pois temos brasileiros maus ou desinformados e forças poderosas internas

que podem solapar nossos esforços. Temos que nos defender deles também.



VALOR GEOPOLÍTICO DO PETRÓLEO



59,5% da matriz energética mundial é formada pelo petróleo (sendo 37,5% de óleo e 22% de gás)

As outras fontes são:

CARVÃO → 28%, mas é altamente poluente, além de também não renovável

BIOMASSA → 3%, mas sua produção concorre com a de alimentos, mundialmente deficitária

NUCLEAR → 7%

HIDROELÉTRICA → 3%

Ou seja, dentro do modelo de expansão/crescimento atual, o mundo está irresponsavelmente dependente do petróleo e dos combustíveis fósseis.

Os **Estados Unidos** apoiaram sua indústria e estrutura social em cima do petróleo. Com 4% da população mundial, eles consomem 30% do petróleo produzido.

Cada automóvel consome o equivalente a 28 barris para ser fabricado. Cada computador pessoal, 2,5 barris. Enfim, um país hegemônico que irresponsavel-

mente calçou seu parque industrial em cima desse modelo energético e agora está em palpos de aranha. Europa e Ásia também estão na mesma situação.

5

Os choques do petróleo

5

Os choques do petróleo

Primeiro choque: 1973

A Arábia Saudita fez um embargo de fornecimento e o petróleo pulou de US\$ 2 por barril para US\$ 12. Isso causou um impacto muito forte nas economias dos países importadores, inclusive o Brasil.

O embargo foi devido aos EUA apoiarem Israel contra os árabes. Esse choque foi superado.

Segundo choque: 1979

O aiatolá Khomeini assumiu o poder no Irã, derrubando o Xá Reza Pahlevi, que fazia o jogo dos EUA. Como faz, hoje, o rei da Arábia Saudita.

Esse segundo choque foi bem forte e o petróleo bateu o recorde de US\$ 100 (corrigidos a valores de hoje) por barril. Também foi superado.

Uma preocupação dos EUA:
a Arábia Saudita tem a maior reserva do mundo,
mas se houver uma rebelião, como houve no Irã em 1979,
eles perderão o controle desse petróleo.

Posteriormente, para enfraquecer a Rússia, a Inglaterra e os EUA fizeram um acordo com a Arábia Saudita para inundar o mercado com mais 2 milhões de barris por dia, derrubando o preço do petróleo para US\$ 10 por barril.

Na época, a Rússia quebrou.

Recentemente, o 1º Ministro Putin renacionalizou a Gazprom e reativou a indústria de petróleo russa.

Com isso, a Rússia saiu do buraco e hoje tem a Europa sob controle, dependente do seu fornecimento de gás e óleo.

ALERTA VERMELHO!!!!

Estamos caminhando para o **terceiro e definitivo choque mundial:**

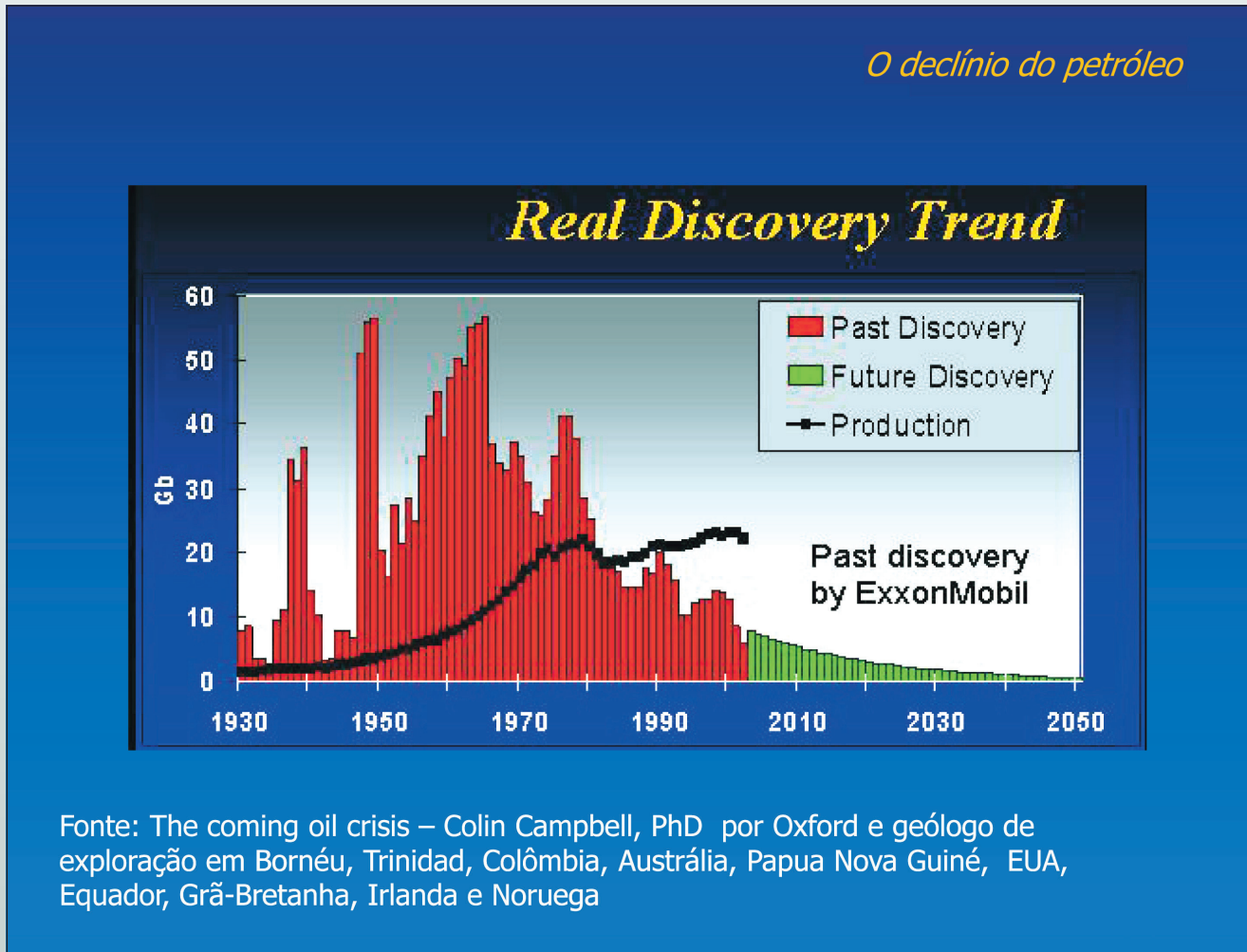
O CHOQUE DA DEMANDA

Infelizmente, este é um caminho sem volta porque trata-se da limitação física da oferta.

Há estudos sérios que mostram que: **estamos entrando rapidamente no pico de produção, ou seja, no topo da oferta. Ao mesmo tempo, há uma crescente demanda por petróleo.**

Isso significa que **a produção diária ficará menor que o consumo mundial**, o que irá intensificar a luta pelo petróleo e obrigará a restrição do consumo, com todas as suas consequências. Estamos cada vez mais perto disso.

**Pior: as grandes descobertas já ocorreram até o ano 2000.
A perspectiva de novas descobertas significativas são ínfimas**



Para agravar ainda mais o preço e a luta pelo petróleo, **a reserva mundial de petróleo declarada, de 1 trilhão e 400 bilhões de barris, pode ser até 25% menor.**

Isso porque: no final da década de 80, o Kuwait deu uma de "esperto" e inflou as suas reservas em cerca de 25%.

Qual o objetivo dessas declarações inchadas?

Conseguir uma cota maior de exportação entre os países da OPEP. Só que ele gerou uma reação em cadeia. **Os principais países exportadores**, como Arábia Saudita, Venezuela e outros, **também inflaram as suas reservas**, sem nenhuma justificativa técnica,

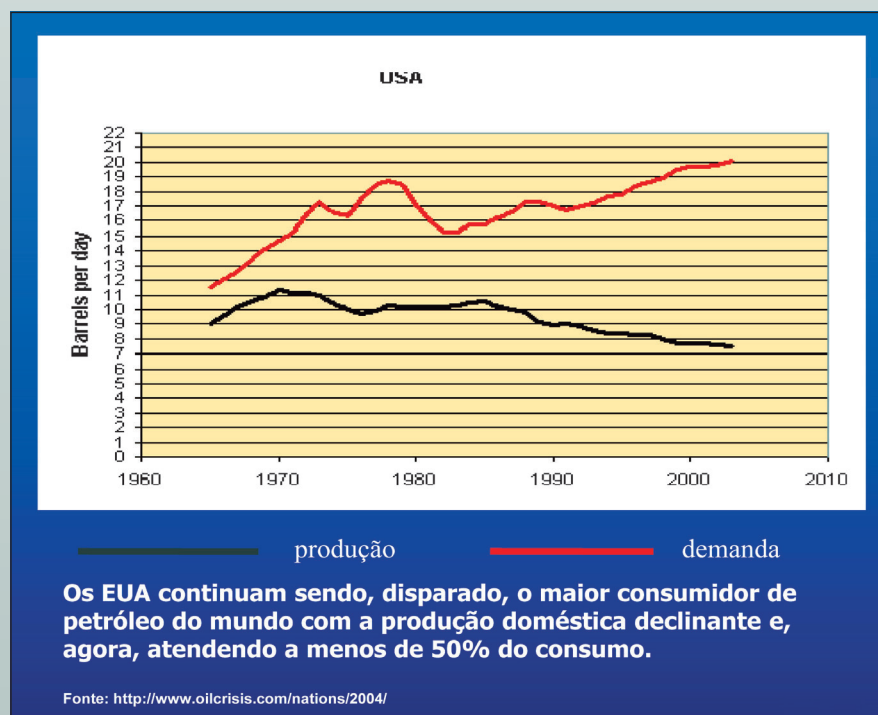
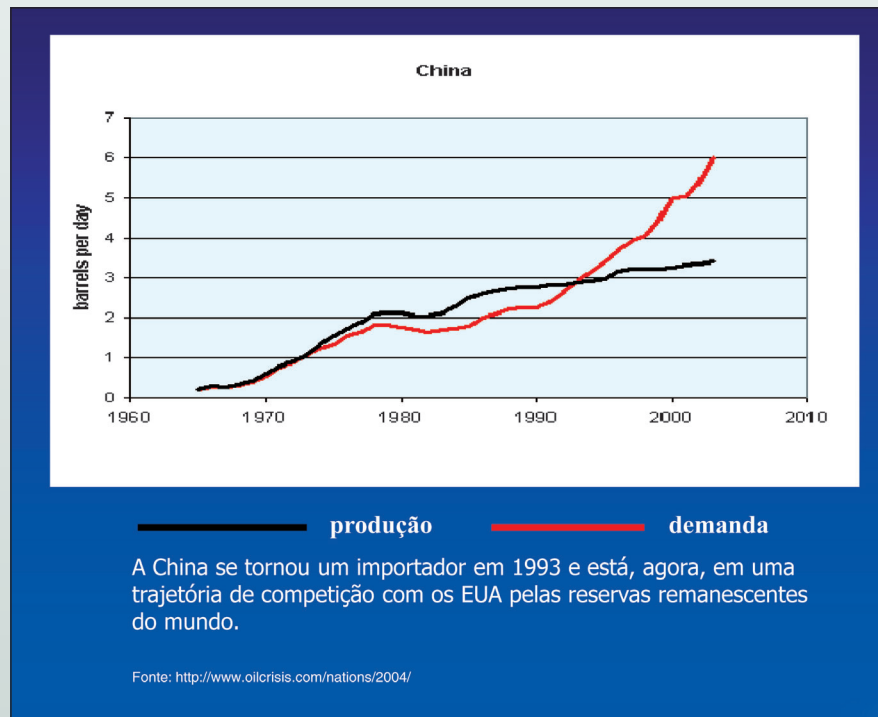
para aumentar sua cota. As empresas privadas também inflaram para ampliar o seu crédito no sistema financeiro. Pois quem tem petróleo tem crédito. Assim, a reserva mundial atual, hoje, pode ser 25% menor do que a divulgada.

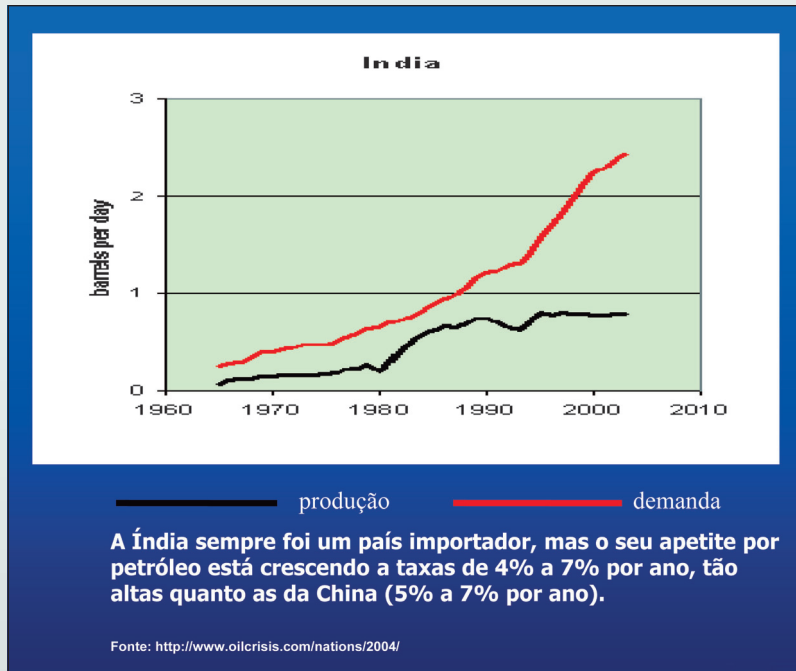
Veja alguns exemplos de choque de demanda:

A **China** tem um alto crescimento econômico e uma demanda fortíssima por petróleo. Já é o segundo maior consumidor mundial, atrás dos **Estados Unidos**. Mas sua reserva é

de apenas 12 bilhões de barris para um consumo anual de 6 bilhões de barris.

A **Índia** está da mesma maneira, com a demanda crescendo forte e a oferta se estabilizando.

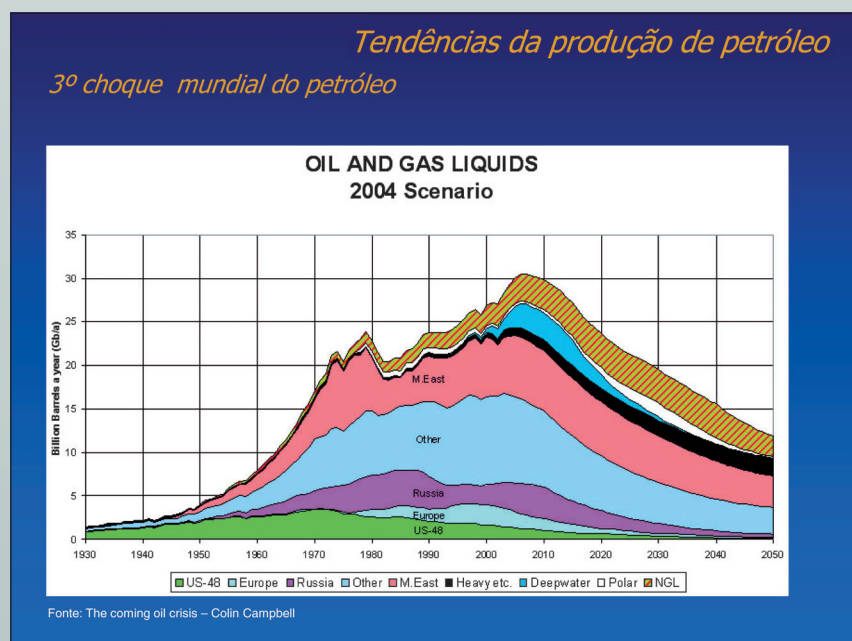




A produção **norte-americana** atingiu o pico na década de 70; a **Europa** na década de 2000; a **Rússia** nos anos 90.

Nos demais países estava previsto em torno de 2010. O **Oriente Médio** também em torno de 2010. Portanto, já estamos vivenciando o pico de produção.

Somando-se toda a produção mundial, conclui-se que atingiremos o pico de produção mundial em torno de 2012. Haverá, então, uma queda acentuada na oferta



6

**Estratégias
de dominação
norte-americanas**

6

Estratégias de dominação norte-americanas

Para se ter uma ideia do panorama internacional da pressão sobre nós: **das cinco estratégias do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para defesa de seus interesses, duas afetam diretamente os interesses brasileiros de soberania e desenvolvimento**

PRIMEIRA ESTRATÉGIA

Evitar que países potencialmente hegemônicos se desenvolvam e surjam coalizões regionais hostis.

Para os EUA,

A) “coalizões regionais hostis” é = Mercosul, ALBA

B) “países potencialmente hegemônicos” é = Os BRICs:

Brasil (o alvo maior), Rússia, Índia e China

Os BRICs são considerados por economistas como o bloco mais viável do planeta. O Brasil é o maior deles, um dos principais capazes de se desenvolver rapidamente. Com o pré-sal ele disparou em relação aos demais.

Então, se o Brasil se desenvolver, ele não mais exportará seus produtos primários, não renováveis, na forma de matéria prima. Em vez disso, passará

a exportá-los na forma de produto acabado.

Hoje, ele exporta produtos por US\$ 50/tonelada.

Se ele agregar o valor tecnológico a esses produtos, transformando-os em produtos acabados como DVD, TV digital, telefone celular, máquinas, equipamentos, combustíveis, entre outros, ele vai exportar essa tonelada por até US\$ 50.000.

Com isso, deixará de ser um fornecedor de matéria prima para os países desenvolvidos

Agregando valor e tecnologia à sua produção e exportando produtos acabados, **passará a ser um concorrente indesejável e fortíssimo.**

Daí a necessidade estratégica americana de frear

nosso desenvolvimento, como pode ser visto na elevada transferência de riqueza na forma de pagamento de juros para os bancos e transferência de lucros, (que chegam a 52% dos impostos federais), pagos por todos nós.

Se perdermos o controle da produção do pré-sal, dificilmente poderemos esperar uma melhora em nossa condição de gerar desenvolvimento sustentável.

Não foi à toa que foram privatizadas empresas estatais. Primeiro elas foram levadas a condições críticas de déficits e falta de investimento, através de contingenciamentos de toda ordem. Por exemplo, contendo

o reajuste de preços, abaixo da inflação, impedindo investimentos, limitando a remuneração de seu capital de giro, sob o pretexto de conter a inflação e impedindo que o BNDES emprestasse às empresas estatais.

Por quê



Porque nos países em desenvolvimento quem desenvolve a tecnologia são as estatais, universidades e institutos militares.

Hoje todos estão profundamente abandonados, com falta de recursos. O CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás), em Campinas, estava desenvolvendo o capacitor óptico e já tinha uma equipe de 25 pesquisadores trabalhando

também na TV Digital.

Com a privatização da Telebrás, 24 foram embora e o remanescente se suicidou. Então, o Brasil teve que comprar a TV digital no exterior. Isso ocorreu em diversas áreas estratégicas do País.

A privatização foi uma desnacionalização que visou inibir o potencial gerador de tecnologia.

O Brasil, através da Petrobrás, criou mais de 5 mil empresas genuinamente nacionais fornecedoras de equipamentos na área de petróleo. A Petrobrás ajudou a fundação e o desenvolvimento repassando tecnologia e garantindo mercado.

Muita tecnologia pesquisada, desenvolvida ou adquirida pela Petrobrás, foi repassada ao mercado nacional para chegar a um mercado fornecedor tecnologicamente desenvolvido nas mais diversas áreas, não só para o petróleo, mas também para outros ramos industriais.

Tivemos empresas nacionais de alta tecnologia trocando tecnologia com os gigantes internacionais.

De repente...

...um decreto de FHC, o Repetro, deu isenção de impostos de importação para as empresas estrangeiras, mas não para as nacionais. Liquidou nossas 5 mil empresas!

Algumas viraram escritório de representação dos seus antigos concorrentes. As que restaram foram ad-

quiridas pela americana General Electric. Foi um crime grave contra a tecnologia nacional.

Hoje lutamos para que as empresas nacionais tenham, no mínimo, vantagens iguais às empresas estrangeiras.

Essa é a condição básica para que elas possam se viabilizar. Nós temos essa potencialidade tecnológica que muitos não querem ver. Se houver incentivo, essas empresas se refazem.

Há uma previsão de que o pré-sal poderá gerar mais de 250 mil empregos diretos e 700 mil indiretos. Vai necessitar de mais ou menos 100 mil engenheiros. Somente com investimento no desenvolvimento tecnológico e nas empresas, fornecedores e prestadores de serviços nacionais, o pré-sal gerará esse volume de emprego no País.

São condições fundamentais para que o Brasil se desenvolva.

▶ SEGUNDA ESTRATÉGIA DOS EUA

Assegurar acesso incondicional aos mercados decisivos, como ao fornecimento de energia e aos recursos estratégicos.

Já vimos que com o enorme consumo e as poucas reservas que têm, os países desenvolvidos precisam desesperadamente de energia.

Alguns fatos podem ser alinhados dentro dessa perspectiva.

Quando se fez uma tentativa de revisão constitucional, em 1993/1994, o relator dessa revisão era o então deputado Nelson Jobim.

Ele propôs a redução do mar territorial de 200 milhas para 12 milhas.

Alertado por nós, o senador Antonio Mariz, da Paraíba, protestou veementemente e Jobim retirou a proposta. É preocupante: quem propôs o fim das 200 milhas, quando já tinha plataforma de petróleo em produção, chegou a ser Ministro da Defesa.

Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kwait têm 70% das reservas mundiais de petróleo. Se juntarmos com o norte da África e a África ocidental, chegamos a 80%.

Será que é coincidência esses países serem taxados de terroristas e estarem sob permanentes esquemas de dominação?

O rótulo de terrorista justifica invasão, domínio e massacre da população. Acaba justificando uma invasão como a do Iraque, com a desculpa esfarrapada sobre armas de destruição em massa.

Derrubaram um governo até há pouco aliado e mataram milhares de pessoas, alegando “combater” o terrorismo que “se espalhava” pelo mundo.

O Afeganistão, a Líbia e outros também foram invadidos pelo mesmo motivo: controle do petróleo.



7

A crise econômica global

7

A crise econômica global

A crise de 2008, das *sub-primas*, (nos EUA), reduziu a atividade econômica mundial e conseqüentemente o consumo de petróleo. É uma amostra do que será necessário para prolongar a oferta/demanda de petróleo, até que ocorra uma ruptura mais drástica.

Temos várias explicações para essa crise econômica:

1^a

A partir de 1971, o dólar passou a ser emitido sem o lastro-ouro (que havia sido acertado em 1948, logo após a Segunda Guerra Mundial). Com isso, os Estados Unidos imprimem o papel e saem comprando produtos dos outros países.

É uma assimetria de poder enorme. Sem esforço nenhum, os EUA emitem dólares e compram bens de outros países. Os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e outros países estavam fazendo um movimento internacional para mudar a moeda de referência. Com isso:

O dólar vinha despencando...
A crise fez com que os especuladores corressem para títulos teoricamente mais seguros:
os títulos do Tesouro americano.
...e o dólar ressuscitou.

2^a

Estávamos caminhando para o terceiro e definitivo choque do petróleo. **A perspectiva era o barril subir para US\$ 200, até 2015.** Os Estados Unidos importam 5 bilhões de barris por ano. A US\$ 140 dólares o barril, os EUA estavam gastando US\$ 700 bilhões/ano só com petróleo. Caso

o petróleo chegasse a US\$ 180 dólares, eles gastariam quase US\$ 1 trilhão só com importação de petróleo.

A crise ajudou a derrubar o petróleo a US\$ 40

Além de dificultar a China, que já estava sombreando os Estados Unidos.

3^a

A preocupação dos investidores internacionais, em 2008, em Davos, com os fundos soberanos dos países detentores de petróleo. Esses fundos soberanos estavam com um caixa financeiro bastante alto. Com isso, sombreavam o sistema financeiro internacional, dificultando a especulação. Porque quem monopoliza o mercado especula e usa o sistema a seu favor. Quando temos vários fundos de mesmo poder financeiro que não fazem esta especulação, eles atrapalham.

A crise esvaziou um pouco a principal fonte geradora dos fundos soberanos da Venezuela, Arábia Saudita, Kuwait, China, Noruega, entre outros. Também esvaziou um pouco o poder do Irã.

Por último, a crise foi usada para criar ceticismo na sociedade brasileira, em relação ao pré-sal.

Os brasileiros começaram a se perguntar:

será que com o barril a 40 dólares, o pré-sal é viável?

Em todos os debates de que a AEPET participava havia esta pergunta.

**Mas a tendência ainda é de alta do preço do petróleo.
Hoje já está em mais de US\$ 100,00**

Para confirmar:

1

O mega-investidor **George Soros** comprou ações da Petrobrás que o Governo Brasileiro vendeu na Bolsa de Nova Iorque e **se transformou no segundo maior acionista da Petrobrás.**

Segundo analistas, a compra foi feita num bom momento, porque o preço do petróleo deve subir com força nos próximos anos. Esta é a expectativa dos especialistas, porque a defasagem entre oferta e demanda de petróleo, inevitavelmente, irá gerar a elevação dos preços.

Os países desenvolvidos, que são os maiores consumidores e não têm reservas, estão lascados.

2

Outro indício é que o Goldman Sachs colocou a Petrobrás e a Vale entre as dez empresas mais viáveis do planeta. **“A Petrobrás tem a seu favor o pré-sal, que a deixará bem posicionada entre as petrolíferas, quando vier o próximo ciclo de alta de preços”.**

3

A Petrobrás também foi considerada a quarta empresa mais respeitada no mundo (subindo da 20ª colocação) de acordo com pesquisa do Reputation Institute, empresa privada de assessoria e pesquisa, com sede em Nova Iorque. A avaliação foi feita com mais de 200 empresas do mundo. Foi considerada ainda a empresa mais ética do setor do petróleo e a mais viável.

Com estes três títulos internacionais, e o fato de ter colocado em produção Jubarte e Tupi ...

a Petrobrás ganhou força imbatível na definição do futuro do pré-sal.

O que os partidos que quebraram o monopólio da União e internacionalizaram a empresa fizeram ?

?

**Tentaram criar uma CPI.
Tudo que saísse na CPI seria lucro, achando ou não problemas, pois o objetivo era enfraquecer a imagem da Petrobrás.**

8

**E...
veio o Pré-Sal**

8

E... veio o Pré-Sal

Com cinco décadas de investimentos e exercício do monopólio da União, a Petrobrás mapeou todas as regiões potencialmente petrolíferas no território e plataforma continental do Brasil. Com desenvolvimento tecnológico pioneiro em águas ultra profundas, a Petrobrás encontrou o petróleo que nos levou à autossuficiência mesmo antes da descoberta do pré-sal.

Nos últimos 30 anos, a Petrobrás acreditou numa nova concepção de jazida, baseada na nova teoria geológica, formulada em 1965, do deslocamento das placas tectônicas na formação da superfície da Terra, gerando a separação da América do Sul com a África. Mas era inviável confirmar essa hipótese, porque uma camada de sal de mais ou menos dois quilômetros de espessura distorcia o levantamento

sísmico (até então, de apenas duas dimensões).

A evolução tecnológica permitiu um levantamento sísmico de três e quatro dimensões. Com isso, a Petrobrás, finalmente, pôde atingir o objetivo e consolidar aquilo que imaginava ser uma enorme província abaixo da camada de sal. Foi necessária muita cautela, porque tivemos as surpresas de uma nova fronteira geológica e tecnológica que se abria.

A camada de sal não é uma rocha rígida, ela é gelatinosa.

Cada vez que se tirava a coluna, para trocar a broca, a camada de sal fechava o poço ou o estreitava também durante a perfuração. Às vezes era preciso

trocar a broca várias vezes, durante o dia, dependendo da dureza da rocha. A Petrobrás teve que revestir o poço com uma tubulação de aço, o que toma tempo.

O primeiro poço levou um ano para ser perfurado e custou US\$ 260 milhões.

Hoje, a perfuração está custando mais ou menos US\$ 60 milhões. E não se pode baixar muito o preço, porque há um tempo mínimo de perfuração. O aluguel de uma plataforma para essa profundidade, com essa especialização, está custando mais de US\$ 600 mil por dia. Uma forma de baixar o custo seria construir novas plataformas, para aumentar a concorrência.



8.1 - A FORMAÇÃO DO PRÉ-SAL

Como é o mecanismo de formação do petróleo?

Os rios trazem material orgânico e depositam no fundo do mar, junto com areia, pedras, diversos materiais. Com a pressão da coluna d'água, essas matérias formam uma rocha mista porosa, com material orgânico no seu interior.

- Esse material orgânico, durante milhões de anos, é fermentado e se transforma em petróleo.
- Quando o petróleo amadurece, a pressão dentro dessa rocha geradora se torna elevada (da ordem de 5 mil libras a 10 mil libras).
- Com isso, a temperatura se eleva e a rocha se rompe, deixando escapar o petróleo gerado dentro dela.
- Aí esse petróleo migra para a superfície por diversos caminhos e se biodegrada.

Se, em alguma parte do percurso para a superfície, esse petróleo encontra uma rocha porosa com vedação superior que capture o petróleo e que impeça essa migração, forma-se um reservatório convencional que o armazena.

Qual a diferença para a rocha do pré-sal ?

Quando os continentes estavam juntos, os rios africanos e os brasileiros traziam material orgânico e o depositavam em grandes lagos ao longo da fronteira do que viria a ser os dois continentes.

Quando os continentes se separaram, esse material foi para o fundo da abertura e, da mesma maneira que o material orgânico depositado no fundo do mar, também foi fermentando.

A DIFERENÇA:

Quando os continentes começaram a se abrir, o mar penetrou e ficou confinado por milhões de anos, não havendo movimentos laterais de correntes e ondas. Assim, a água do mar foi

evaporando. Já que não tinha movimentos laterais, o sal concentrado na água foi se depositando em cima do pré-depósito orgânico. Essa camada de sal atingiu uma espessura de dois quilômetros.

2. VANTAGENS FUNDAMENTAIS:

PRIMEIRA: o sal se depositou em cima dessa rocha geradora e selou-a mecanicamente. Assim, quando o petróleo se formou, a pressão subiu, a rocha se rompeu, mas **não houve perdas**. Então o **petróleo formado está todo lá, confinado**.

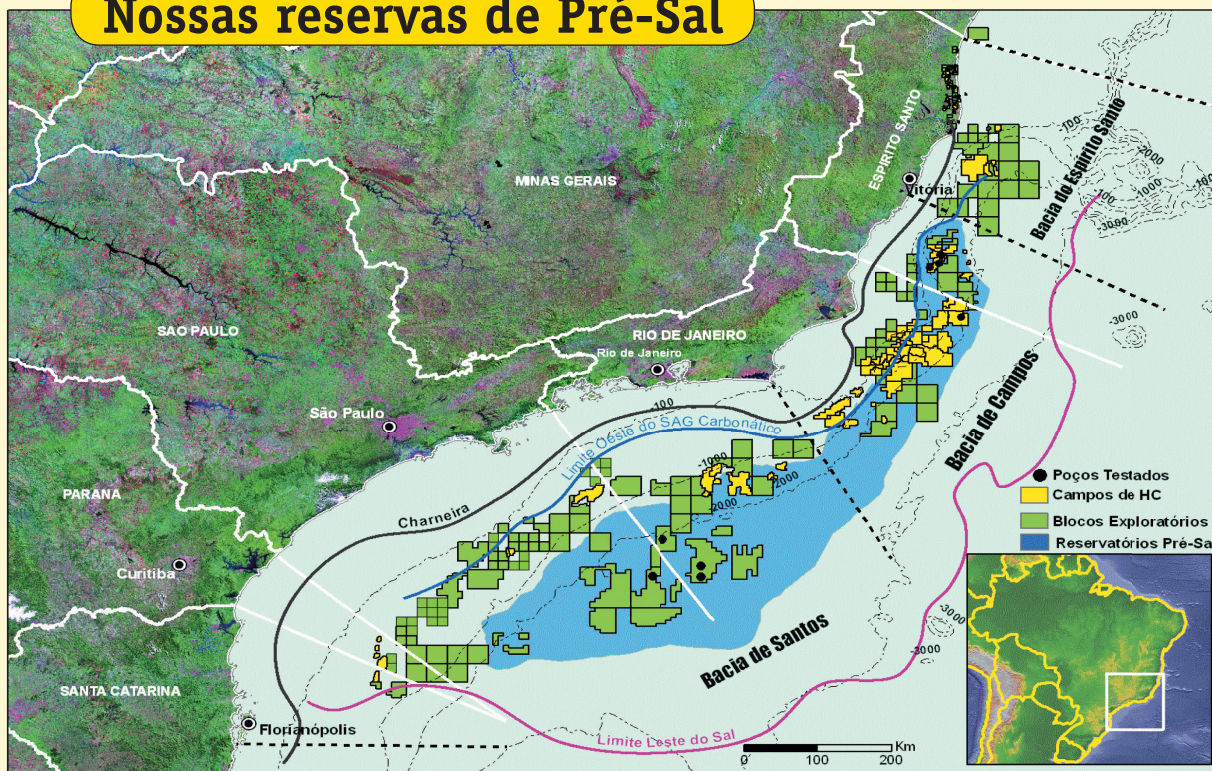
SEGUNDA: em um reservatório convencional, as bactérias comem o petróleo leve e deixam o petróleo pesado, de pior qualidade. No pré-sal, as bactérias não tiveram acesso porque o sal não deixou.

Ou seja, o sal protegeu o petróleo mecânica e biologicamente. Então, o petróleo do pré-sal é melhor do que o petróleo convencional como, por exemplo, de Marlin ou Albacora.

O Petróleo de Marlin e Albacora tem um grau API em torno de 16 e 17, o que significa óleo pesado. O do pré-sal tem de 28 a 34. Quanto mais alto o grau, mais leve o petróleo e, portanto, maior rendimento de combustíveis leves como gasolina e querosene.

Os técnicos da Petrobrás, a partir do primeiro furo, tiveram comprovada aquela teoria estudada durante 30 anos e tiveram a alegria de ver que foi encontrado petróleo em todos os 21 poços perfurados, como se esperava.

Nossas reservas de Pré-Sal



9

Problemas no Pré-Sal

9

Problemas no Pré-Sal

O primeiro problema são os blocos que a Petrobrás comprou associada, infelizmente, a empresas estrangeiras.

A Exxon comprou um bloco no segundo leilão junto com a Petrobrás. A Exxon é a operadora, com 40%, a Petrobrás tem 20% e a americana AmeradaHess, 40%. **Apesar de ser a operadora, a Exxon esperou a Petrobrás fazer 19 furos para somente então fazer o primeiro poço dela**, para não correr os riscos que somente uma Estatal comprometida com o desenvolvimento do país pode enfrentar. A Exxon perfurou três poços e não achou petróleo, devolvendo o bloco para a ANP.

Quando, em 2007, a Petrobrás perfurou, achou petróleo e testou o bloco de Tupi, foi falar com o presidente Lula sobre a magnitude dessa descoberta. O presidente ficou chocado. Corretamente:

o marco regulatório de então era muito desfavorável ao Brasil.

Lula, então, mandou retirar 41 blocos situados sob a camada do pré-sal, que estavam incluídos no 9º leilão da Agência Nacional do Petróleo. Eles haviam se transformado em verdadeiros bilhetes premiados.

A lei do petróleo 9478/97, aprovada no Governo FHC, foi feita sob argumentos falaciosos de **incentivar**

a vinda de empresas estrangeiras para investir em áreas ainda não descobertas, correndo altos riscos.

No pré-sal não tem mais risco. Já está descoberto.

Normalmente, numa pesquisa desse porte, o índice de sucesso de 10% é muito bom. A empresa fura 10 poços e acha petróleo em 1, fica satisfeita. Agora, no pré-sal, você fura 21 e acha petróleo em 21. O risco é mínimo.

A primeira estimativa da província é de que ela vai de Santa Catarina até o Espírito Santo, com mais ou menos 800 km de extensão, por 200 km de largura, em média. A Petrobrás furou

o poço no bloco BMS-11, descobriu Tupi, depois descobriu Júpiter, descobriu Iara, Carioca, Parati, enfim, perfurou e achou petróleo em todos esses blocos.

Em maio de 2009, a Petrobrás colocou em produção poços do pré-sal de Tupi e de Jubarte, que estão produzindo em torno de 20 mil barris ao dia.

Nesses poços estão sendo realizados os Testes de Longa Duração

Durante um ano e meio, colocam-se os poços em produção e estudam-se as características físicas, químicas e geológicas do reservatório. O objetivo é estabelecer o tipo de recuperação secundária mais adequada em cada canto. Isso é importante, pois quando se tira a pressão de dentro da rocha, é necessário injetar fluido, pode ser água, óleo ou gás carbônico. Para isso, temos que saber as características do reservatório para, através da injeção mais adequada, obter uma pressão que per-

mita, com eficiência, a máxima recuperação de petróleo.

Por exemplo, no reservatório que tenha muita água não dá para injetar água. Se tiver muito gás, não se injeta gás.

A pressão de injeção depende da resistência mecânica do reservatório, e assim por diante. Isso foi sendo monitorado e no final de 2010 entrou em produção um sistema piloto de Tupi, que tem 8 poços, 5 produtores de óleo e 3 de injeção de fluido.

Até 2017, entrarão em produção em Testes de Longa Duração todos os poços dos blocos da Petrobrás.

Em 2011, por conta da Lei nova criou-se a cessão onerosa para a capitalização da Petrobrás (a União cedeu áreas para a Petrobrás explorar com reserva estimada em 5 bilhões de barris). Foram cedidos a ela 4 blocos a serem perfurados, no Campo de Franco e Libra.

comprou ações da Petrobrás. **Bela engenharia financeira, pois permitiu à União retomar parte do capital nacional e internacional da Companhia.**

Pois bem, a Petrobrás, ao perfurar o campo de **Franco**, encontrou uma reserva de 6 bilhões de barris. Ao perfurar o campo de **Libra**, encontrou uma reserva estimada em 15 bilhões de barris. Ou seja:

A expectativa era encontrar 5 bilhões de barris.

Ela pagou à União por essa reserva com títulos do tesouro em seu poder. A União, com esses títulos,

A reserva encontrada somou 21 bilhões de barris.

**O que fez a ANP?
Na sua característica antinacional,
retirou o campo de Libra da cessão onerosa e
pretendia leiloá-los!**

Protestamos com veemência, pois não se leiloa petróleo já descoberto.

Pela nova Lei, a União pode contratar diretamente a Petrobrás via contrato de partilha para desenvolver o campo e extrair o petróleo.

10

**O marco
regulatório
brasileiro**

10

O marco regulatório brasileiro

Em 1988, no final da elaboração da nova Constituição, democrática e participativa, sob a liderança de Barbosa Lima Sobrinho, um ícone da seriedade e do patriotismo...

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), junto com várias entidades, conseguiu elevar ao nível constitucional a parte da Lei de 2004/53, que dizia que o monopólio do petróleo é da União, portanto, do povo brasileiro.

A CONSTITUIÇÃO

● Nós acrescentamos uma salvaguarda, no parágrafo 1º do artigo 177, que impedia que o Brasil colocasse o petróleo como garantia de dívida, para não pagar dívida com petróleo barato e depois comprá-lo caro. O México fez isso e, de 1998 a 2003, viu as suas reservas caírem de 50 bilhões para 12 bilhões de barris.

● O governo Fernando Henrique, através da

emenda constitucional nº 9, retirou essa salvaguarda.

Substituiu este parágrafo por outro que diz que a União poderá contratar empresas estatais ou privadas para as atividades de pesquisa e lavra, refinação, importação e exportação dos produtos e derivados básicos e transporte marítimo de petróleo bruto nacional ou de derivados básicos produzidos no país.

**A primeira incoerência:
Um monopólio sendo exercido
por várias empresas, inclusive oligopólios.**

LEI 9478/97

Para regulamentar esta mudança era necessário fazer uma lei

Nós, AEPET, trabalhamos para que fosse uma lei complementar, para ficar mais quali-

ficada a votação, mas FHC conseguiu aprovar uma lei ordinária, em todos os sentidos.

Criou-se a Lei 9478/97, que é intrinsecamente conflitante.
 Porque ela tem artigos que conflitam
 entre si e conflitam com a Constituição brasileira.



Exemplos de conflitos: o artigo 3º diz...

“Pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva”.

Em resumo, o que diz este artigo?

Que as jazidas de petróleo pertencem à União, portanto, ao povo brasileiro.

→ **O artigo 4º** repete o artigo 177 da Constituição.

→ **O artigo 21** diz que os direitos de exploração de produção de petróleo do território nacional pertencem à União.

Portanto: **um artigo** diz que as jazidas pertencem à União;

outro diz que o produto da lavra pertence à União.

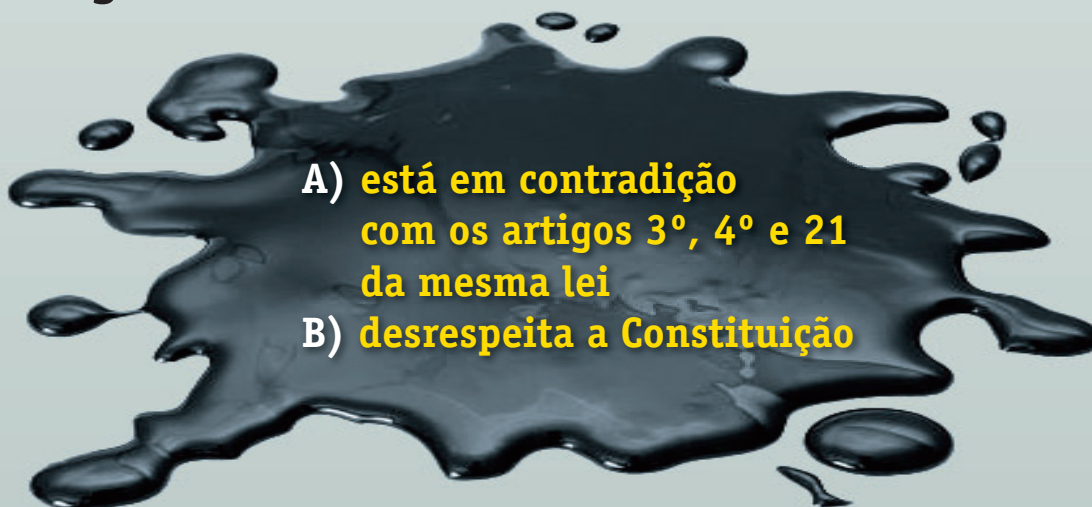
Todos em consonância com a Constituição.

Mas ...

→ **o artigo 26**, fruto do trabalho dos lobistas internacionais junto ao Congresso Nacional, diz que:

Quem produzir o petróleo é o dono dele!

Ou seja:



A AEPET tentou anular este artigo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Recebemos dois votos magistrais a favor: do ministro Ayres de Britto, relator, e do ministro Marco Aurélio de

Mello. Depois, o mesmo lobby que atuou no Congresso virou o voto de sete ministros. Apenas o ministro Joaquim Barbosa votou conosco, mas com voto dúbio. A Associação tem gravados esses votos, que são uma vergonha.

O ministro Sepúlveda Pertence disse que o legislador mudou de ideia e ele tinha que respeitar.

O ministro não leu os demais artigos. Se ele tives-

se lido os artigos 3º, 4º e o 21, veria que o legislador não mudou de ideia. Quem mudou a ideia do legislador foram os lobbies que atuavam no Congresso, na época.

Mais contradições... decreto 2705/98

A Lei 9478/97 prevê uma participação especial do governo no produto da lavra. Enquanto o artigo 21 diz

que o produto da lavra é da União, há outro artigo que diz que haveria um percentual a ser regulado por um decreto.

O governo brasileiro recebe apenas 1/4 do produto da lavra

Pelo decreto 2705/98:

- **a produção até 94 mil barris** por dia fica isenta de Participação Especial
- **a produção superior** paga até no máximo 40% da receita líquida do campo.

Participação Especial - Decreto 2705/98

III - Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica acima de quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 1.350 (94.000 barris por dia)	-	isento
Acima de 1.350 até 1.800 (126.000 b/d)	1.350xRLP÷VPF	10
Acima de 1.800 até 2.250 (157.000 b/d)	1.575xRLP÷VPF	20
Acima de 2.250 até 2.700 (189.000 b/d)	1.800xRLP÷VPF	30
Acima de 2.700 até 3.150 (220.000 b/d)	675÷0,35xRLP÷VPF	35
Acima de 3.150 (220.000 b/d)	2.081,25xRLP÷VPF	40

Obs.: 1) esses percentuais são aplicados no óleo/lucro. Deduz CP. Roy. Amortiz. Max. 7% do total

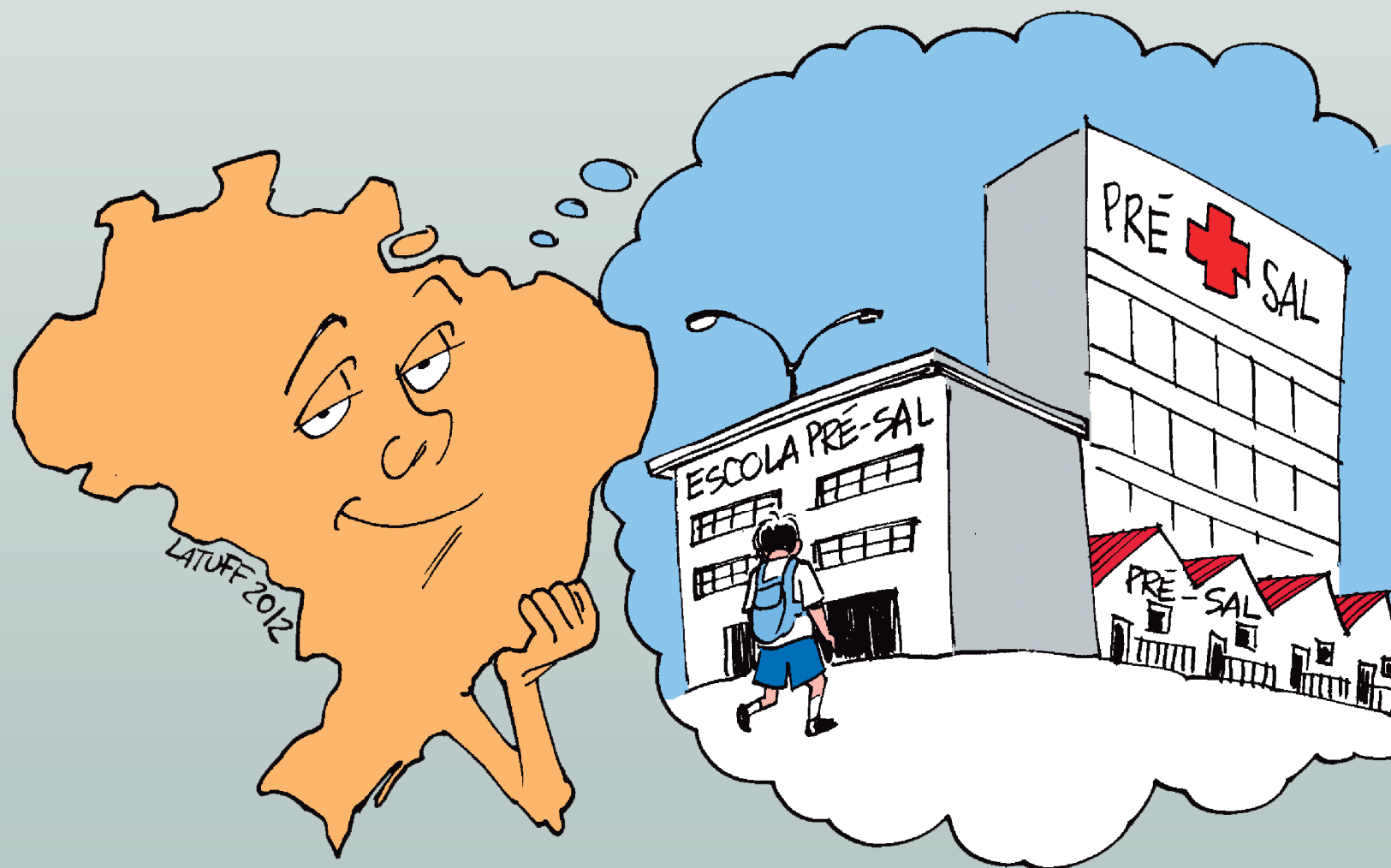
2) No mundo, a participação dos países produtores é 84%, em média.

→ A participação da União representa apenas 11% do total da produção.

Com 11% de participação especial, mais 10% de royalties, nós temos 21% de participação do governo na produção, pagos em dinheiro.

A média dos países exportadores no mundo é ficar com 80%. Os países da OPEP, que são os maiores exportadores, ficam com 90% do petróleo produzido.


Imagine-se isso no pré-sal!



A propriedade do petróleo é estrategicamente fundamental para o Brasil

Quem tem o petróleo tem o poder

Por exemplo, recentemente o Brasil e a Petrobrás negociaram com a China:



Você me empresta US\$ 10 bilhões e eu me comprometo a exportar 200 mil barris por dia, durante 10 anos.

O Brasil pode dizer para a Europa: eu exporto 500 mil barris por dia, durante 20 anos, mas você abaixa os seus subsídios agrícolas para viabilizar os meus agricultores e assim por diante. Como diria Churchill, "não há amizades entre os países, há interesses". E interesses significam que quem tem petróleo tem poder de barganha.

Se a gente perde a propriedade, perde esse imenso poder.

A Lei 9478/97 foi feita para "incentivar"

a vinda de empresas estrangeiras para investir em novas áreas. Essa lei se baseou num alto risco exploratório e de baixo retorno dos campos marítimos. Por isto deu tantas benesses em seu conteúdo.

Então ...

não se aplica ao pré-sal

O pré-sal é uma reserva totalmente delimitada e descoberta, que não tem mais riscos.

É essa a nossa luta:

Queremos de volta a Lei 2004,
fruto do maior movimento cívico da história do país.
Durante os 44 anos de sua vigência, ela permitiu
a auto-suficiência e os estudos técnicos
na descoberta do pré-sal.

Quando o presidente Lula retirou os 41 blocos do pré-sal do 9º leilão, sofreu pressão. Criou um grupo interministerial para dar sugestões para o novo marco regulatório. Esse grupo conseguiu dar sugestões, apesar de toda a pressão.

Cada vez que o ministro Lobão soltava
uma tendência do grupo, a reação vinha forte.

Vejamos:

- **Ele falou** que iria criar uma estatal para retomar a propriedade do petróleo para a União. Tudo bem!
- **Disse que** iria recomprar as ações da Petrobrás vendidas no exterior com recursos do pré-sal. Ótimo!
- **Desmentiu isso** uma semana depois porque o lobby pressionou forte.

Seu objetivo ficou claro:
não deixar o Governo colocar a Petrobrás
como operadora única do pré-sal.

A companhia tem tecnologia, tem acesso aos recursos para exploração do pré-sal, que vem de uma fonte única, que é o sistema financeiro in-

ternacional. Quem tem petróleo tem crédito fácil e juros baratos. Se a Petrobrás é uma estatal, que tem tecnologia, que tem como obter os recursos...

... qual a justificativa para trazer uma empresa estrangeira

NENHUMA!



A Petrobrás é uma estatal sobre a qual há controle da sociedade. Sobre as estrangeiras não tem controle de ninguém, pelo contrário, chegam a controlar governos. O artigo 26 da Lei 9478/97 permite à empresa estrangeira exportar o petróleo produzido. Porque quem é dono pode fazer o que quiser.

E quem garante atendimento ao mercado nacional? Em caso de guerra, o risco é ainda maior. Em 2009, os movimentos sociais encaminharam ao Senado o PLS 531/2009. Este Projeto de Lei dificilmente será aprovado, porque propõe a revisão dos contratos já assinados.

EXEMPLOS DE SOBERANIA E SEGURANÇA NACIONAL:

1

Os **ESTADOS UNIDOS** vetaram a compra da Unocal (Union Oil Company of California) pela China. Alegaram que a venda de uma empresa americana para os chineses diminuiria a produção doméstica. Está certo, é segurança nacional, é um bem profundamente estratégico.

2

A **VENEZUELA** retomou o controle sobre o seu petróleo.

3

A **ARGENTINA**, no mês de abril de 2012, reestatizou a YPF, vendida à Repsol, espanhola...

4

A **BOLÍVIA** mudou as regras do jogo a seu favor. Recebia 18% do gás que vendia para o Brasil, para a Repsol etc. Passou para 80%. Ficou todo mundo caladinho, pois esta participação ainda está na média mundial. Ninguém saiu da Bolívia. Ela recebia 18% pela última riqueza que o país tinha, e que estava sendo levada para o exterior. As empresas que estão lá estão todas satisfeitas com 20%. Então, foi um ato de soberania.

11

Missão da Petrobrás

11

Missão da Petrobrás

A missão da Petrobrás é garantir o abastecimento de combustíveis, contribuir para o desenvolvimento sustentado e gerar recursos para os acionistas e para os seus projetos.

É uma empresa que compra no mercado nacional, gerando empregos e tecnologia.

A Petrobrás gera o pagamento de mais de R\$ 100 bilhões por ano só de imposto.

E isso tem que ser revertido pelos governantes para a população.

Ela não pode fazer o trabalho do governo, mas tem investido na área ambiental, com o projeto Tamar, na área cultural e na área de saneamento.

Tem como função social vender os combustíveis ao povo brasileiro com os menores preços possíveis.

Isso é possível a Petrobrás fazer: manter os preços dos combustíveis baixos.

Ela tem que manter o objetivo social. O óleo diesel, por exemplo, é subsidiado, mas a gasolina para quem tem carro de luxo, para quem é rico, não precisa de subsídio.

A missão da Petrobrás, como empresa estatal, é aplicar os lucros aqui dentro, gerando emprego, gerando recursos, pagando impostos

O pré-sal vai gerar 250 mil empregos diretos e 700 mil indiretos.

São, praticamente, 1 milhão de empregos que farão uma bola de neve virtuosa no comércio, na indústria, tudo isso vai ser ativado. É preciso que o petróleo seja utilizado em benefício do povo e não exportado.

Você sabia?...

A indústria automobilística está no Brasil há 60 anos e quase não paga imposto. A Petrobrás é a empresa no Brasil que mais paga imposto e movimenta muito mais dinheiro do que a indústria automobilística.

Os benefícios propiciados pela Petrobrás são difíceis de se mostrar à população, quando não se tem a mídia a favor.

Mas é preciso informar à população que o pré-sal,

uma riqueza superior a US\$ 15 trilhões, não pertence à Petrobrás. **O monopólio é da União, portanto, do povo brasileiro**, e o povo é quem tem que usufruir dessa riqueza, não a Petrobrás.

A Petrobrás é uma executora desse monopólio, tem que ser tratada como uma empresa, não é ela quem vai levar essa vantagem, mas o povo, desde que ela seja mantida como propriedade do povo brasileiro.

12

A pressão estrangeira

12

A pressão estrangeira

O governo Lula fez um grande esforço, mas também sofreu as limitações da opressão.

A mídia inventou uma CPI não só para enfraquecer a Petrobrás, mas também para tentar desmoralizar e enfraquecer o governo. Temos o sistema financeiro internacional, os Estados Unidos e a Inglaterra, que estão mar-

cando em cima, e a mídia tentando colocar o governo em xeque. Ele não tem espaço na mídia para fazer sua defesa.

Sob esse fogo cruzado, o governo não teve força política para acabar com os leilões.

A sociedade precisa fazer a contrapressão à pressão dos lobbies

Temos que assumir essa campanha. Os estudantes foram um dos principais baluartes da campanha "O petróleo é nosso!". Inclusive esse slogan foi adaptado pela UNE. A UNE, junto com o general Horta Barbosa, encabeçou esse movimento e, durante cinco anos, várias entidades, trabalhadores, toda a sociedade foi para as ruas e fez uma campanha, das maiores que existiu neste país. Portanto, estudantes, trabalhadores, militares, enfim, todas as forças vivas brasileiras precisam esquecer as pequenas

diferenças e retomar essa luta para que o povo seja beneficiado com a riqueza que lhe pertence. É essa a nossa esperança. É essa a nossa batalha.

Essa batalha pode ser ganha por nós, mas tem que ter a participação de cada um.

O Grupo de Trabalho criado para propor uma nova legislação para o petróleo fez quatro propostas de Projetos de Lei:

1

Criar o Fundo Social para amortecer a entrada dos dólares da exportação – se

for exportado muito petróleo, os dólares que entram sobrevalorizam o real, e quebram as empresas exportadoras de outros produtos (doença holandesa). O fundo recebe esses dólares, aplica-os e o lucro da aplicação é que gera investimentos do Governo.

2

Criar a Pré-Sal Petróleo para fiscalizar as atividades

3

Cessão onerosa (capitalização da Petrobrás) – o Governo cede uma área à

Petrobrás com a perspectiva de ter 5 bilhões de barris. A Petrobrás paga essa reserva com títulos do Governo em seu poder e este recompra ações da Petrobrás com esses mesmos títulos. A

Petrobrás desenvolve a produção da área.

4

Contrato de Partilha de Produção em substituição ao contrato de Concessão que dava todo o petróleo a quem produzisse. Este foi o principal.

O Projeto de Lei do Contrato de Partilha teve avanços consideráveis, como:

- A** a retomada da propriedade do petróleo pela União,
- B** o fato de a Petrobrás ser operadora de todos os campos.

Só faltou...

propor o fim dos leilões para ficar próximo do ideal.

O LOBBY

tentou piorar o projeto de todas as maneiras. Mas não estava conseguindo. Aí fez uma proposta de **emenda absurda** que acabou sendo acatada pelo relator. Ela dizia que:

- ✓ **os royalties pagos seriam devolvidos ao produtor em petróleo.**

Absurdo completo, pois além de não pagar, ele ainda receberia de volta os royalties no bem mais valioso,

que é o petróleo. **Denunciamos no Senado.** O Senador Pedro Simon foi nosso porta-voz no plenário, tendo feito um belo discurso. Como a má repercussão foi forte, **o relator no Senado, Romero Jucá, retirou a emenda.**

Mas, sub-repticiamente, **a recolocou de volta em 4 artigos dificultando a sua supressão.** Seria necessário um partido para cada artigo.

Assim, em face das dificuldades, o Senador Pedro Simon apresentou uma emenda impedindo a devolução dos royalties. Mas Simon incluiu também a distribuição dos royalties para todo o País.

A mídia comprometida e os lobistas passaram a bater na distribuição dos royalties, omitindo a parte ruim que é a sua devolução.

Este passou a ser o segredo mais bem guardado desta República. Por este motivo, o presidente Lula, pressionado e enganado, vetou a emenda Simon. Ou seja, Lula vetou o antídoto e deixou o veneno.

Passamos a trabalhar para derrubar o veto do presidente Lula. As chances eram grandes, mas o lobby fez a campanha falaciosa de que a derrubada

do veto enfraqueceria o Governo.

Foi feito um novo projeto de Lei acatando a emenda Simon (PLS 448), aprovado no Senado por ampla maioria.

Quando este PL estava sendo preparado, um assessor legislativo, que sofre as pressões do lobby, veio falar conosco a pedido de um dos parlamentares autores do projeto.

Este assessor disse ao telefone:

“Engenheiro, essa emenda de devolução dos royalties foi pedida pela Petrobrás”.

Respondi:

“Mentira! A Petrobrás, eticamente, ao contrário do cartel das empresas estrangeiras, não participou do processo.”

Este fato mostrou que o assessor estava cooptado pelo lobby.

Adverti então o deputado sobre a conduta do assessor.

E... bingo! O projeto de Lei 448 que ele foi encarregado de preparar quebrava a espinha dorsal do projeto original do Lula.

Ele incluiu um artigo/contrabando que dizia: “a União poderá fazer joint-venture com empresas mediante leilão”. Ora, a espinha dorsal do projeto do

Governo Lula é a Petrobrás ficar como operadora única do pré-sal. Este artigo derrubava isto. Foi retirado. Mas explicitou o perigo.

Ataque ao PLS 448

O PLS, em resumo, diz que os royalties pagos não podem ser devolvidos, muito menos em petróleo. E também estabelece uma divisão de royalties mais equânime para os estados e municípios brasileiros.

Chegando na Câmara, o projeto começou a sofrer pressões do lobby. A última novidade é que ele vinha tentando protelar a aprovação iminente, com chances elevadas de passar.



A estratégia dos lobbies é prorrogar a votação para dar tempo de “convencer” os deputados

Recentemente, o ministro Mantega entrou no jogo: “vamos votar o projeto depois das eleições para prefeito para não contaminar o processo”. Aí dá para entender porque a revista *Época*, que costuma fazer carga contra o Governo, na edição de Janeiro/2012 fez uma reportagem de capa (de 11 páginas) com Mantega: “O Planeta Guido”. A reportagem faz rasgados elogios ao Ministro em todos os sentidos, até apresentá-lo como um garanhão e galã.

13

Nossas propostas

13

Nossas propostas

1

Melhorar a Lei 12351, acabando com os leilões de áreas petrolíferas

Não tem sentido ter leilões se temos tecnologia e os recursos financeiros são altamente acessíveis a quem tem petróleo.

Há três gargalos tecnológicos para o pré-sal:

- ❶ a **PERFURAÇÃO**,
- ❷ a **ÁRVORE DE NATAL MOLHADA** (que é a cabeça do poço que fica no fundo do mar e conecta o poço com a linha flexível) e
- ❸ a **LINHA FLEXÍVEL**.

Há um conjunto de empresas especialistas que fornecem cada um desses serviços para as petroleiras. A perfuração é feita por 6 ou 7 empresas especializadas, seguindo os projetos das clientes petroleiras.

A Empresa Transocean, por exemplo, é uma **PERFURADORA** que trabalhou para a BP, no Golfo do México e para a Chevron, no campo de Frade.

Ambos os campos tiveram acidentes sérios.

Mas a Transocean também trabalha para a Petrobrás. Já perfurou mais de 10 poços do pré-sal, e não teve acidentes. Por quê? **Porque as contratantes, por economia, obrigaram a Transocean a desobedecer aos requisitos de segurança. A Petrobrás não faz esse tipo de concessão contra a segurança.** Várias corporações estrangeiras estão sendo processadas no mundo inteiro.

A **ÁRVORE DE NATAL** molhada também tem os seus fornecedores especializados. A Petrobrás ajudou a desenvolver essa tecnologia, mas ela não fabrica nada, nem as petroleiras.

A **LINHA FLEXÍVEL** também tem os seus fornecedores, cujo desenvolvimento tecnológico teve grande participação da Petrobrás.

RESUMINDO:

Na produção do pré-sal, a produtora será intermediária de tecnologia.

A Petrobrás é a intermediária mais confiável pois:

- ☑ **conhece melhor a tecnologia,**
- ☑ **é a empresa do Governo → controlada pela sociedade,**
- ☑ **é nacional → gera tecnologia e compra seus produtos no Brasil, gerando emprego.**

Para que precisamos de leilões?



**É a proposta central:
Acabar com os leilões
e a volta da lei 2004/53**

2

**Se forem mantidos os leilões,
é preciso evitar a produção predatória**

Se o petróleo for de uma empresa privada, como a estrangeira, ela pode produzir mais do que a composição física do reservatório permite. O Brasil pode

perder de 15% a 20% da sua reserva. A empresa vai querer realizar o seu lucro, pouco se importando se vai causar uma depredação do reservatório, ou afetar o meio ambiente.

3

**Controlar o ritmo de produção para
atender às políticas energéticas brasileiras**

Se o Brasil ficar com a propriedade, ele também pode produzir e exportar de acordo com os interesses nacionais. **Se os 41 blocos fossem leiloados de uma vez**, para diversas empresas, e supondo que haja tempo de fabricar todos os equipamentos necessários, **em 13 anos o pré-sal acabaria.**

Se o Brasil produzir o pré-sal dentro de uma estratégia de política energética correta, a reserva pode durar 40 anos. Tempo mais que suficiente para gerar energia alternativa ao petróleo.

O que o Brasil ganharia com isto?

A Inglaterra vendeu o óleo do Mar do Norte a US\$ 3, US\$ 4 o barril. Agora está importando a US\$ 120 e já importou a US\$ 140. Vários países venderam o seu petróleo barato e nós estamos com a perspectiva de subida irreversível, por causa do terceiro choque, definitivo.

Já se o pré-sal acabar em 13 anos, compraremos petróleo a mais de US\$ 150 o barril. Se nós levamos 40 anos, poderemos desenvolver a biomassa, energia eólica, enfim, uma série de substitutos do petróleo. Teremos energias limpas, renováveis e estrategicamente corretas e perenes. Então, para a segurança e maior tranquilidade, nós defendemos que se restaure a Lei 2004 para o pré-sal.

4

Inventariar o pré-sal, enquanto se discute com a sociedade a legislação

*“Antes de qualquer mudança, de qualquer mexida, que o governo dê à Petrobrás a incumbência de inventariar o pré-sal, dê três anos para a empresa perfurar 100 poços para poder dizer **quanto de petróleo tem, onde está localizado, qual a sua composição, suas características, enfim, um inventário do pré-sal.** Nesse meio tempo, se discute com a sociedade o que fazer com a legislação do marco regulatório brasileiro.”*

Esta proposta é de autoria do professor Ildo Sauer, da USP. Ele foi diretor da Petrobrás e grande nacionalista.

A AEPET defende a volta da Lei 2004 mas, enfim, é uma boa proposta.

**O que tem sob o pré-sal?
Nós não sabemos.**

Então vamos buscar saber, até mesmo para que depois o povo brasileiro tenha uma noção da grandeza dessa riqueza que lhe pertence. Aí então se faz outro debate com a sociedade para saber o que a sociedade quer.

Nós estamos falando em algo como 100 bilhões de barris de petróleo. Isto de forma bem conservadora, pois o pré-sal pode chegar a 300 bilhões de barris.

É dinheiro, muito dinheiro, em um país que tem hoje cerca de 30 milhões de miseráveis.

**Um país rico como o Brasil
não pode ter
30 milhões de miseráveis.**

5

Recomprar as ações da Petrobrás vendidas na bolsa de Nova Iorque

Uma empresa estatal pode ser facilmente controlada pela sociedade, já o cartel internacional é incontrolável.

Como o governo tem cerca de US\$ 400 bilhões em reservas internacionais, a solução ideal é comprar as ações com parte desses bilhões de dólares e depois repor essas reservas com a renda do pré-sal. Começou a produzir com o sistema piloto, começa a dar retorno e colocar esse dinheiro na reserva de onde foi retirado para comprar as ações.

O dinheiro das reservas internacionais está sendo aplicado nos Estados Unidos com juros que perdem para a inflação, ou seja, aplicado com juros negativos.

Se o governo comprar ativos do pré-sal com esse dinheiro e depois repuser com a renda do pré-sal, é o melhor dos mundos.

6

Redistribuir os royalties, que não sejam exclusivos de meia dúzia de estados

Os royalties não devem ser exclusividade de quem possui a produção de petróleo. Que tenham o maior percentual, tudo bem. Mas os royalties devem ser distribuídos para todo o país.

Primeiro, por uma questão social

Que seja uma verba carimbada **para investimentos em saúde, educação, segurança, meio ambiente** e não, como é usada hoje, para fazer calçadas de granito

e ou porcelanato e enfeitar pracinha enquanto tem município que não tem nem calçada. Então, o royalty tem que ser usado somente em investimento social.

Segundo, para salvar os royalties

As corporações conseguiram abolir os royalties no mundo inteiro.

Onde tem produção em águas profundas, os royalties foram abolidos com o argumento de que o investimento e o risco são altos. Não será diferente

no Brasil. Se tiver 6 estados que ganham royalties e 21 estados que não ganham, os políticos desses últimos não vão se interessar em defender essa riqueza. Agora, se tiver royalties para os 27 estados, todos os senadores e deputados vão se negar a derrubar essa renda em prejuízo dos seus eleitores.

Quem terá coragem de ir contra aqueles que o elegeram e que poderão reelegê-lo no futuro?

7

Exportar derivados com valor agregado, não petróleo bruto

Se o País exportar petróleo bruto teremos várias perdas.

1

PERDA DE IMPOSTOS, pois o petróleo exportado não paga PIS/COFINS, ICMS, e CIDE. **Uma perda de cerca de 30% do total, só em impostos**

2

PERDA DE EMPREGOS. Uma refinaria dá empregos a mais de 7000 pessoas (diretos e indiretos). Se exportar petróleo bruto o refino será lá fora e os empregos também.

3

PERDA DE TECNOLOGIA, pois deixaremos de comprar equipamentos no País.

Por tudo isso, nossa luta é:

Por justiça social, que os royalties sejam

estendidos para todos os estados e municípios.

Em conclusão...

- ① **Na América Latina**, a maioria dos países tem o monopólio estatal do Petróleo. O Brasil está na contramão do resto do mundo.
- ② **Se o pré-sal for nosso**, teremos recursos para a saúde, educação, segurança, infraestrutura e desenvolvimento.
- ③ **Se mantivermos o controle**, ele pode durar mais de 40 anos.
- ④ **É uma riqueza** da ordem de US\$ 20 trilhões. Não podemos abrir mão dela.
- ⑤ **Temos que acabar** com os leilões e voltar à Lei 2004.

VAMOS LUTAR JUNTOS PELAS NOSSAS RIQUEZAS, NOSSA PROPRIEDADE.



Anexo

PAGAMENTO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM PETRÓLEO

Histórico da Tramitação Legislativa

O petróleo e Gás Natural fisicamente são as grandes riquezas reais que propiciaram o excepcional Desenvolvimento Social do último século, com grande elevação da qualidade de vida de 1/3 dos habitantes do planeta e uma preocupante explosão demográfica. Sua geração pela natureza levou dezenas de milhões de anos, representando um enorme poder geopolítico nas relações internacionais para o detentor de sua propriedade.

O dólar, ou qualquer outra moeda, é somente a expressão financeira do valor de um bem para fins de instantâneos de troca, pois valor é variável ao longo do tempo, como todos os brasileiros conhecem pela nossa história inflacionária. Além disso, sua emissão é instantânea, hoje em dia sem qualquer lastro real de riqueza, dependendo unilateralmente do interesse do emissor, normalmente uma grande potência. Logo ela pode comprar qualquer riqueza, sem qualquer contrapartida.

Além disso, o valor do petróleo estará permanentemente em elevação nas próximas décadas, enquanto não existir uma alternativa que o substitua significativamente em todas as suas funções, tanto como combustível como matéria prima para substituição de inúmeros outros produtos naturais.

Os países desenvolvidos têm uma exagerada e irresponsável dependência dessa fonte de energia, e suas grandes empresas petrolíferas controlam baixíssimas reservas de petróleo sendo lícito supor que com essa insegurança energética **eles farão de tudo para minimizar a participação da PETROBRAS e do Brasil na propriedade desse recurso**, tão vital para suas economias e qualidade de vida de sua população.

Por outro lado, podemos projetar que cada dólar de petróleo exportado permitirá a quem o adquirir **agregar valor e produzir dezenas e até centenas de dólares em produtos acabados**, que por sua vez lhe fornecerão as receitas necessárias para pagar o nosso petróleo e os royalties devidos. Com isso, no médio e longo prazo ficaremos sem o petróleo, sem os dólares e sem um parque produtivo levado a bancarrota pela importação de bens de consumo.

A posse física do petróleo, além do poder geopolítico nas relações internacionais, é um grande **diferencial competitivo a ser usado pelo seu proprietário** em todas as suas ações e atividades. Temos, pois que preservar ao máximo sua Propriedade para o Brasil, minimizando os leilões, não o entregando em troca de royalties e garantindo que **somente seja extraída a quantidade de petróleo necessária para o desenvolvimento sustentado do País**, econômica e socialmente, se evitando assim gerar qualquer distorção.

Com o atual marco regulatório, o Brasil fica com somente com aproximadamente 28% do petróleo produzido e o Consórcio Explorador com 72%. No entanto, se os royalties forem pagos em óleo, essa retomada de nossa riqueza passa a 43%. Deve ser ressaltado que houve uma evolução a favor do Brasil, pois com o Marco Regulatório anterior, da Lei 9478/97, a totalidade do petróleo fica de propriedade de quem o extraiu.

Face a isso, desde o Projeto de Lei inicial do Governo (PL 5938/09), que impedia o tratamento das Participações Governamentais como custo de produção, ou seja, seu ressarcimento de óleo, por algum tipo de pressão "desconhecida", insistentemente tem sido incluído item para essa devolução, acarretando, além de tudo, uma absurda isenção fiscal pela exploração de uma riqueza de todos os brasileiros. Da mesma forma, como pode ser visto adiante, o dispositivo contrário impedindo esse ressarcimento para que o pagamento dos royalties seja feito em óleo vem sendo sistematicamente excluído, o que significa, além de tudo **isentar o Consórcio de pagamento de tributo pela exploração de uma riqueza nacional**, com o Brasil se transformando num imenso paraíso fiscal e o nosso contrato de partilha no pior do mundo.

Evolução histórica das Tentativas do lobby pelo ressarcimento dos royalties:

1 – 31/08/09 - Emissão de Projeto de Lei do Poder Executivo para Novo Marco Regulatório da produção de petróleo do Pré-Sal;

este projeto recebeu o número: PROJETO DE LEI - PL 5938/09 -- Implantação do Regime de Partilha para Exploração do Pré-Sal.

Art. 42. - § 1º- Define que os **royalties** correspondem à compensação financeira pela exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sendo vedada sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

2 – Nov/09 – Emissão de Parecer da Comissão Especial da Câmara de Deputados, PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.502, DE 2007 do relator Dep. Henrique Alves. (onde foi apensado o PL 5.938/09) EMENDA Nº8

Inclua-se §2º no art. 42 do Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, renumerando-se o §2º para §3º:

“Art. 42/ § 2º Fica assegurado ao contratado sob o regime de partilha de produção a **restituição, em óleo**, dos valores dos royalties pagos.

3 – 10/03/10.- Redação final do PL 5938/09 aprovada na Câmara PROJETO DE LEI Nº 5.938-A DE 2009: (a redação acima foi mudada para disfarçar a devolução)

Acrescenta o seguinte parágrafo ao Art. 42 do Projeto original do Poder Executivo:

Art. 42. § 2º Fica assegurado ao contratado sob o regime de partilha de produção **o volume de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos correspondente aos royalties devidos.**

4 - 16/06/10 - PARECER Nº 750/10 do Senado, com Substitutivo ao PL 5938 A/09

Aprova Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7/10, aglutinando os Projetos PL 5938 A/09 – Implantação do Regime de Partilha para o Pré-Sal e o 5.940/09 - Criação do Fundo Social.

(Com nossas denúncias dessa emenda absurda, o relator Romero Jucá, retirou-a, mas recolocou em 4 artigos)

Foi excluído o Art.42/§ 2º, e, no entanto, foi incluída no Parecer, e aprovada sem discussão em plenário, a frase **“ e do volume da produção correspondente aos royalties devidos”** em outros quatro artigos, tornando mais difícil o cancelamento desse ressarcimento, pois será necessário revisar quatro artigos.

Art. 2º – estabelece um conjunto de definições:

I – partilha de produção: regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à apropriação do custo em óleo, **do volume da produção correspondente aos royalties devidos**, bem como de parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato;

Art. 10. Define atribuições ao Ministério de Minas e Energia, entre outras a do inciso III de propor ao CNPE os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção);

d) os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo **e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;**

Art. 15. Define o conteúdo da minuta básica do Contrato de exploração constante do edital de licitação que deverá indicar obrigatoriamente:

V – os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo **e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;**

Art. 29. Define as cláusulas essenciais do contrato de partilha de produção:

V – os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo **e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;**

Diante disto, o Senador Pedro Simon, a nosso pedido, apresentou Emenda, aprovada em Plenário pelo Senado, que veda expressamente a devolução em petróleo dos royalties pagos, incluída no Art. 64, que também estabelece a equanimidade na distribuição dos royalties para todos os Estados e todos os Municípios:

Art. 64 – Ressalvada a participação da União, bem como a destinação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 1997, a parcela restante dos royalties e participações especiais oriunda dos contratos de partilha de produção ou de concessão de que trata a mesma Lei, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, será dividida entre Estados, Distrito Federal e Municípios da seguinte forma:

§ 3º Os royalties correspondem à participação no resultado da exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição, vedada a sua inclusão no cálculo do custo em óleo, bem como qualquer outra forma de restituição ou compensação aos contratados, ressalvado o disposto no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 1997.

5 - 22/12/10.- Sancionado pelo Presidente o Substitutivo do Senado

LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.-

O Substitutivo do Senado foi aprovado como Lei 12 351/10, com exceção do Art. 64 que foi vetado na íntegra, tanto a distribuição equânime dos royalties para todos os Estados e todos os Municípios, quanto seu §3º, que vedava a inclusão das participações governamentais no custo em óleo, bem como qualquer outra forma de restituição ou compensação dos royalties aos Contratados. Como o veto do presidente Lula estava para ser derrubado, e seus aliados alegavam desgaste, foi feito um novo projeto de Lei do Senado.

6 – 04/08/2011 - Novo Projeto de Lei apresentado ao Senado

PROJETO DE LEI DO SENADO PLS 448/11– apresentado pelo Sen. Wellington Dias

Incluída explicitamente vedação ao ressarcimento dos royalties no artigo que aumenta seu valor para 15%.

Art. 2º Os royalties serão pagos mensalmente pelo contratado sob o regime de partilha de produção, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a quinze por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 3º É vedado, em qualquer hipótese, o ressarcimento dos royalties, bem como sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

7 – 18/10/2011 - Substitutivo do Relator ao novo PLS-448/11. Substitutivo ao PLS 448/11 proposto pelo Relator Sen. Vital do Rego

Excluída a frase “e do volume da produção correspondente aos royalties devidos” pela revisão dos seguintes artigos da Lei 12 351/10, que havia sido introduzida no próprio Senado pelo Relator do PL 5938/09.

Seção I

Das alterações no marco regulatório do regime de partilha na Lei nº 12.351, de 2010

“Art. 2º

I - partilha de produção: regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à apropriação do custo em óleo, bem como de parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato (retirada a apropriação pelo contratado do volume da produção correspondente aos royalties devidos da L 12351/10)

Art. 3º.

III - propor ao CNPE, observados os limites impostos nesta Lei, os seguintes parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção:

d) os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo, bem como os percentuais máximos da produção anual destinados ao pagamento do custo em óleo, observadas as condições estabelecidas no inc. IV do art. 9º desta Lei (retirada a apropriação pelo contratado do volume da produção correspondente aos royalties devidos da L 12351/10);

Art 29º.

V - os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e o pagamento do custo em óleo, observados os limites estabelecidos no inc. IV do art. 9º e no inc. III do art. 10; (retirada a apropriação pelo contratado do volume da produção correspondente aos royalties devidos da Lei 12351/10)

Alem disso, na Seção II foi mantida a vedação à devolução em petróleo dos royalties apresentada no PLS do Sen Wellington Dias.

Seção II

Da distribuição das participações governamentais no regime de partilha de produção e na exploração no mar territorial, plataforma continental e zona econômica exclusiva

Art. 3º Na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, dê-se a seguinte redação ao art. 42 e insiram-se os seguintes arts. 42-A, 42-B e 42-C:

“Art. 42 § 1º Os royalties, com alíquota de 15% (quinze por cento) do valor da produção, correspondem à compensação financeira pela exploração do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos líquidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, sendo vedado, em qualquer hipótese, seu ressarcimento ao contratado e sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

8 – 19/10/2011 – aprovado PLS 448/11

Projeto de Lei do Senado nº 448/11, baseado no Substitutivo do Sen. Vital do Rego.

Modifica as Leis nº 9.478/97 - marco regulatório do Regime de Concessão, e nº 12.351/10 - marco regulatório do Regime de Partilha, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.

Foi retirada o artigo primeiro do Substitutivo, que nos Art. 2º, 3º, 29º, da Lei 12 531/11, excluía a frase **“e do volume da produção correspondente aos royalties devidos”**, e retomava o projeto original do Governo. Isto porque o assessor legislativo, insuflado pelo lobby, incluíra nesse artigo que a União poderia fazer joint venture com empresas mediante leilão, o que anulava a proposta de a Petrobrás ser operadora única.

Por outro lado foi mantida a vedação à devolução de royalties prevista na Lei 12 532/11, repetindo em seu Art. 3º. o disposto explicitamente no citado Substitutivo do Sen. Vital do Rego.

9 – Substitutivo da Câmara ao PLS 448/11 – PLC 2565/11.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 2.565, DE 2011. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI

Agora está sendo tentada, pelos assessores legislativos, a retirada, sub-repticia, do impedimento ao ressarcimento em petróleo dos royalties pago constante no PLS 448/11 recebido do Senado.

Art. 2º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte nova redação para o art. 42 e com os seguintes novos arts. 42-A e 42-B:

“Art. 42/. § 1º Os royalties, com alíquota de 15% (quinze por cento) do valor da produção, correspondem à compensação financeira pela exploração do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, sendo vedada, em qualquer hipótese, sua inclusão no cálculo do custo em óleo. **(retirada vedação do ressarcimento em óleo dos royalties do PLS 448/11)**

AEPET – Associação dos Engenheiros da PETROBRAS